SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 08 de maio de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2ª VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Heber Santana, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vítor Bonfim, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Mirela Macedo comunicando que, em função de viagem ao Oeste do Estado para cumprimento de atividades do mandato parlamentar – visitas às Cidades de Paratinga, Macaúbas e Rio do Pires, esteve ausente na Sessão do dia 23/04/2018.

Do Deputado Soldado Prisco comunicando que, por motivo de viagem

para tratar de assuntos parlamentares, quando participou da reunião da Comissão de Segurança na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, esteve ausente na Sessão do dia 16/04/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- (Lê) *"Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar.*

O Projeto de Lei n.° 22.765/2018, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória dos servidores da carreira de Agente Penitenciário integrante do Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários, na forma que indica, e dá outras providências.

O Projeto de Lei n° 22.767/2018, de autoria do Poder Executivo, que Estabelece carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para os servidores que venham a ingressar nas carreiras de Auditor Fiscal e Agente de Tributos Estaduais do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda.

Sala da Sessões, 08 de maio de 2018."

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Primeiro orador inscrito, Zó. Primeiro orador é Zó, nunca está só!

O Sr. ZÓ:- Somente Zó! Como dizia o poeta Galvão: "Somente só", parafraseando.

Presidente, o que me traz aqui, nesta tribuna, é que hoje mais uma etapa do golpe jurídico, parlamentar e midiático que aconteceu no Brasil, com a deposição da presidente eleita e legítima, presidente Dilma, está transcorrendo no Congresso Nacional.

E o golpe tem pressa! O golpe tem pressa, por quê? Primeiro a terceirização; depois a PEC 55, que é a PEC do fim do mundo; depois a reforma trabalhista, que diziam que inúmeros empregos no Brasil iriam ser gerados, acabariam com o problema do desemprego e com tal da crise que tanto se fala.

A gente já sabia que isso não era verdade, porque outros países que fizeram reformas parecidas estão com o mesmo problema, inclusive países da Europa, do chamado Primeiro Mundo.

Depois tentaram a Previdência, parece que já desistiram, por enquanto. Mas quero alertar que se a turma do golpe conseguir sucesso eleitoral em 2019, se preparem, trabalhadores e trabalhadoras deste país, para trabalhar por pelo menos 49 anos, consecutivos ou intercalados, para se aposentar ou morrer sem se aposentar, que é o mais normal, porque nem todo mundo tem emprego durante 49 anos seguidos, às vezes ficam desempregados e passam um tempo sem trabalhar, e isso não contaria.

E agora a menina dos olhos do golpe é a Eletrobras. Hoje, lá está transcorrendo um processo da MP e do PL nas comissões. Os trabalhadores da Eletrobras, do

sistema Eletrobras; os ativistas do MAB; o MST, que todo mundo fala mal, mas é quem tem atuado para proteger este país do ataque do grande capital e dos rentistas, barraram a sessão pela manhã, mas estão tentando votar os relatórios pela tarde. Claro que cabe ainda o pedido de vista, cabe emenda, e os deputados da esquerda, os deputados que defendem o patrimônio nacional estão lá fazendo essa defesa. Por isso, é que hoje nós estamos fazendo esse trabalho lá.

Eu queria – antes de entrar na discussão propriamente dita, que é a proposta que eu conversei com o presidente desta Casa hoje e queria falar nesta tribuna – mandar um abraço para Dadau, nossa liderança do PCdoB de lá de Saúde, foi candidato a prefeito na última eleição e está aqui, a gente tem lutado por questões importantes, como as estradas para aquele município. Mesmo estando na Oposição, nossa preocupação não é simplesmente com o poder, é pela situação daquele município. Mandar esse abraço.

Mas hoje, querido Carlos Geilson e queridos colegas deputados que aqui estão, conversei por telefone com os amigos da CHESF que estão aqui representando aquela empresa importante para o Nordeste brasileiro, a maior empresa do Nordeste brasileiro, a CHESF, que quer ser entregue, doada para algumas corporações estrangeiras.

Queria mandar esse abraço em nome de Júlia, que é do Sinergia; Raimundinho; e de toda a equipe que está aqui, para que a gente... Marcou, porque ele está fora hoje, e alguns deputados também, por conta do encontro da Unale. Marcamos para terça-feira, às 10 da manhã, a definição. Porque apesar da proposta de fazermos a Frente Parlamentar em defesa da CHESF e da Eletrobras, a Bahia é o único estado que ainda não montou essa frente e, por sinal, é o estado onde estão as usinas hidrelétricas que compõem o sistema CHESF.

Por isso, a nossa manifestação aqui, enquanto Parlamento baiano em defesa da CHESF, significa a defesa das usinas e do Rio São Francisco. O Rio São Francisco, os produtores de frutas da região, as empresas que usam água, as pessoas que usam água para o abastecimento humano ou dessedentação animal do Rio São Francisco, todo o Nordeste brasileiro, outros estados do país, como Minas Gerais, precisam defender o Rio São Francisco, e a Bahia principalmente, porque tem o Rio São Francisco e todas as usinas do sistema CHESF estão praticamente aqui na Bahia.

Por isso, a Frente Parlamentar, semana que vem... Com a conversa que tivemos com o presidente, com os parlamentares, por telefone, no viva-voz, nos foi garantido a formação dessa frente, garantindo a proporcionalidade da Situação e da Oposição.

Mas a CHESF não é a defesa somente do parlamentar que aqui vos fala, presidente, para concluir...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado.

O Sr. ZÓ:- (...) tem que ser defendida por todos os parlamentares...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ:- (...) deste estado da Bahia e por todo o povo baiano, porque a CHESF é um patrimônio nordestino, um patrimônio baiano e não deve...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Zó.

O Sr. ZÓ:- (...) ser entregue e vendida pelo povo do golpe.

Um grande abraço, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- José Cerqueira de Santana Neto, aquecendo as baterias para voar para Brasília.

Mas, pela ordem de inscrição, o nobre deputado Angelo Mário Cerqueira de Almeida, que está voltando. E nada melhor do que reestrear na tribuna, no Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Boa tarde a todos e todas. Gostaria de saudar os colegas deputados, as Galerias e todos que estão em casa.

(Lê) "É com grande alegria que retorno hoje para esta casa e para esta tribuna. Retorno para continuar defendendo os ideais do coletivo que represento; retorno para lutar pelo povo baiano e, sobretudo, para continuar lutando por um projeto que acredito e defendo.

A Bahia hoje vive uma nova era na mobilidade urbana. Enquanto o metrô avança na capital, as estradas são transformadas no interior.

A Bahia vive um novo tempo na saúde, onde, em pouco mais de 3 anos a quantidade de leitos abertos nos hospitais baianos... em nenhum outro período outro governo conseguiu fazer tanto.

A Bahia valoriza a sua juventude. Em 1 ano, o programa Partiu Estágio já convocou mais de dois mil jovens para o trabalho no setor público. No Primeiro Emprego, mais de três mil jovens já contratados.

A Bahia é o segundo estado que mais investe no Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo. Tudo isso faz parte de um projeto de inclusão, democratização e desenvolvimento de um estado que cresce mais que o próprio país.

E cresce porque quase 4 milhões de pessoas, de baianos, acreditaram e continuam acreditando nesse projeto, e cada vez mais baianos confiam nele. Um projeto que é representado pelo nosso governador Rui Costa, que hoje conduz uma gestão bem avaliada, proporcionando segurança para nosso povo e nossa economia, o que só nos impulsiona cada vez mais.

Tudo isso com equilíbrio e uma gestão eficiente; uma transformação que começou com o governador Jaques Wagner e segue cada vez mais consolidada. Como baiano, eu me felicito em voltar para esta Casa por continuar tendo a oportunidade de defender esse governo, o governo que acredito – volto a repetir –, o governo que está transformando o nosso estado.

Alegro-me em voltar pela oportunidade de continuar militando na esfera legislativa, na causa da pessoa com deficiência, através da Frente Parlamentar que criamos no início do nosso mandato e com a qual tenho compromisso.

Pelo protagonismo da minha cidade, me felicito também em poder continuar lutando pela valorização dos municípios do interior da Bahia."

Como feirense, portanto, homem do interior, também um sertanejo, Feira e todo território Portal do Sertão... Temos a consciência da importância geopolítica da nossa cidade e região, por ser uma cidade de resistência histórica. Inclusive, conhecida no Brasil como a terra de Chico Pinto, um dos grandes baluartes da resistência a favor da democracia e contra a ditadura militar.

Eu não tenho dúvida que aqueles que se dizem ou pensam ser dono e comandar Feira de Santana, ser dono dos votos de Feira de Santana, este ano haverá surpresas.

"Aqui, sendo uma voz ativa do socialismo, unindo forças com os colegas da Bancada do PSB e sendo a nossa presidente, a senadora Lídice da Mata, assim como o governador Wagner, tiveram um importante papel para estarmos aqui hoje."

Concluindo, Sr. Presidente. "Retornamos para continuar o trabalho que desenvolvemos por 15 meses nesta Casa, e aqui aproveito para agradecer ao governador Rui Costa. Afinal, só um governo que prioriza o trabalho o valoriza quando o mesmo está sendo feito, e nós sempre buscamos fazê-lo com compromisso, responsabilidade e com muita ética."

Vamos seguir lutando por uma Bahia mais igual, justa e humana.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Angelo Almeida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Zé Neto, por favor, deixe o telefone e use a tribuna, já que V. Ex.ª é o próximo orador inscrito.

O Sr. ZÉ NETO LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, o tema que me traz à Plenária para me manifestar é um tema que está muito presente nos últimos dias na sociedade, na mídia e no dia a dia da capital Salvador. O BRT é uma situação que, diga-se de passagem, é muito conhecida dos feirenses. Infelizmente, me parece que o BRT de Salvador vai no mesmo caminho desastroso e, diria, de tragédia urbana que vai o de Feira de Santana. Eu digo tragédia urbana, porque não é possível que Salvador incorra no mesmo erro de pegar o dinheiro para construir um BRT, que representa... O que é o BRT? Bus Rapid Transité o que eles dizem na sigla, mas, em miúdos, o BRT é o recurso que deveria chegar para os municípios, oriundo do governo federal, um programa do governo federal. Inclusive, tanto este projeto de Salvador como o de Feira de Santana, oriundos do governo da presidenta Dilma, têm o objetivo de melhorar a mobilidade urbana das grandes cidades.

Isso cresceu principalmente depois de 2013, quando vivíamos no Brasil – todos lembram – uma crise profunda de mobilidade urbana e de outros tantos temas. Mas a

mobilidade urbana foi o carro chefe de imensas manifestações, porque as pessoas diziam que queriam, e querem, mais qualidade de vida nas grandes cidades, e isso passa pela mobilidade urbana.

Acontece que, tanto em Feira como em Salvador, o recurso chega para o município – como lá em Feira, por exemplo, R$ 96 milhões – para ser investido em linhas diretas de ônibus com técnicas bem modernas, agora nem tanto, e que fariam com que os bairros da cidade, os mais populosos, fossem interligados com o centro da cidade; e entre o centro da cidade e os outros bairros iria haver evidentemente uma comunicação e uma velocidade maior para que as pessoas pudessem se locomover no transporte coletivo de massa de ônibus, com mais rapidez e com mais eficiência.

Acontece que em Feira, o prefeito que agora é candidato ao governo do estado, pelo DEM, pegou o dinheiro, burlou a lei, burlou as normas, burlou o objetivo do BRT e construiu duas trincheiras que ele chama de túnel! Chama de túnel, diz que é um túnel. São dois túneis. É trincheira (risos), mas ele diz que é túnel. Ele acha que isso foi a grande sacada. Não ouviu a sociedade, fez duas audiências públicas – depois que nós tínhamos feito uma – só para apenas constar no script, não ouviu ninguém, não discutiu com ninguém e mudou totalmente o projeto, o projeto que ligava o Tomba ao Centro, o Centro à UEFS. Inclusive tem uma fala dele na imprensa – está até gravada, guardada – dizendo que seriam 18 minutos da UEFS ao Tomba, nem 1 segundo a mais, nem 1 segundo a menos. Tudo isso ficou para trás! E ele por pouco não fez o que o daqui de Salvador quer fazer – que eu acho que não vai fazer – , ele iria tirar 400 árvores da Getúlio Vargas.

No caso de Feira, a comunidade se reuniu, foi à luta e a pressão fez com que ele recuasse. Mas mesmo assim o BRT não saiu do papel; se tornou um projeto caro; duas trincheiras foram construídas; algumas estações de ônibus, no centro da cidade, ligando canto nenhum a nenhum lugar. Infelizmente, esse é o panorama do BRT de Feira, e estou vendo aqui Salvador indo no mesmo caminho.

Então, fica aqui a minha manifestação, que em Salvador se tenha mais cuidado – aqui, comunidade –, tenhamos mais cuidado, e que o prefeito de Salvador não faça o que foi feito em Feira. O BRT hoje é um problema, não resolveu nada do transporte coletivo de massa, não ligou nenhum bairro ao centro da cidade e, por fim, pegou R$ 52 milhões, dos R$ 96 milhões, e colocou numa obra de drenagem que podia ser feita com pelo menos R$ 10 milhões – dava para fazer –, e não com R$ 52 milhões. Infelizmente a obra está sendo realizada lá totalmente distante do propósito do Bus Rapid Transit, que com certeza iria melhorar, e muito, a vida das pessoas que moram na nossa cidade de Feira de Santana. Tomara que corrijam, aqui em Salvador, esse curso errado que tomou o BRT de Feira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Soldado Prisco):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, colegas da imprensa e você que nos assiste pelo canal *TV Assembleia*.

Com muita alegria estamos recebendo aqui a nossa secretária de Desenvolvimento Econômico, a ex-deputada Luiza Maia. “Nem se despediu de mim!”. Nem se despediu da gente, não é? Mas hoje volta para fazer as suas despedidas.

Mas, Sr. Presidente, nós já falamos aqui em outras ocasiões, e eu não me canso de falar sobre a violência no estado da Bahia. Os petistas dizem, os governistas, que esse é um processo que acontece Brasil afora. Em parte, sim. Mas nos outros estados há um enfrentamento da violência e os números são alvissareiros, a exemplo do estado de São Paulo.

Na Bahia, nos primeiros 4 meses deste ano, o governo apresentou uma redução que nós devemos bater palmas. Mas tem uma coisa que chamou atenção: foi o governo fazer festa, foi o governo soltar foguetes para a malandragem, para a criminalidade contrariar os dados apresentados pelo governo. Senão, vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, na quarta-feira da semana passada, o secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa, reuniu as cúpulas tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, Polícia Técnica, Corpo de Bombeiros e anunciou as estatísticas do órgão, mostrando uma redução de 14,2 % no número de mortes violentas durante os primeiros 4 meses deste ano, em comparação com os primeiros 4 meses de 2017.

Pois bem, segundo a secretaria, de janeiro a abril de 2018, ocorreram 1.993 casos de homicídio, latrocínio e lesão dolosa; contra 2.322, no mesmo período do ano passado. Pois bem, na capital e sua região metropolitana, foram 611 casos de mortes violentas este ano; contra 784, em 2017.

A redução apontada nas estatísticas foi festejada por todos os presentes na reunião com o secretário. Muitos fogos! E o resultado do trabalho das forças de segurança, com o secretário Maurício Barbosa, mereceu, até então, as comemorações. Porém, contudo, todavia, entretanto, porém, durou pouco. Sr. Presidente, pois o final de semana passado foi o mais sangrento deste ano na Grande Salvador. Foi só o governo comemorar, foi apenas o governo fazer festa, e vejam o que aconteceu: tivemos o final de semana mais sangrento deste ano na Grande Salvador, nada menos do que 22 pessoas mortas a tiros na capital e nas cidades da Região Metropolitana!

No sábado e no domingo passados, o setor de estatística da Secretaria da Segurança Pública informa que 22 pessoas foram mortas. O recrudescimento da violência no último fim de semana só reforça a tese de que estamos vivendo uma verdadeira guerra na Bahia, resultado do avanço da criminalidade no estado ao longo dos quase 12 anos em que o PT governa este estado.

Como tenho dito de forma insistente desta tribuna, uma guerra que, infelizmente, o povo pobre da Bahia está perdendo, afinal são os pobres, sobretudo os negros e os jovens das periferias das grandes cidades, as maiores vítimas dessa guerra que parece não ter fim.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- O.K., Sr. Presidente, o tempo esgotou, e eu sou regimentalista!

O Sr. PRESIDENTE (Soldado Prisco):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Soldado Prisco):- Com a palavra o cidadão que manda em Campo Formoso, tem liderança muito grande lá, Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Luciano, deputado Marcell, temos que respeitar as diversas opiniões, principalmente nesta Casa, uma Casa plural, deputado Luciano Ribeiro.

Vemos esse movimento, como no último domingo... um grupo, salvo engano, que tinha à frente aquele, acho que é vereador de Salvador, Hilton – não é isso, Marcell?, V. Ex.ª que entende da Câmara –, Hilton Coelho fechando uma importante via de Salvador, próximo ao Cidade Jardim, querendo impedir o prefeito ACM Neto de construir essa importante obra que é o BRT.

Eu acredito que, mesmo nós fazendo parte de grupos diferentes, não há como não reconhecer uma obra da importância do BRT, que o prefeito ACM Neto... mesmo eu fazendo parte – e não tem nada a ver – da base do grande governador Rui Costa, tenho que reconhecer.

Eu pergunto a esses radicais, que, eu acredito, estão interessados em votos, deputado Luciano Ribeiro, o que é que se vai fazer? Salvador vai parar? Porque o trânsito já é um dos piores do mundo.

Quando o governador quis fazer o metrô da Paralela, que é uma realidade, hoje, até Lauro de Freitas: "Ah! não pode fazer o metrô porque vai derrubar as árvores!" O Brasil e a Bahia têm dinheiro, e em pleno século XXI, enquanto outros países já têm metrô há 300 anos, no século XXI não tínhamos nada, ou tínhamos um metrô calça-curta.

Tem dinheiro para fazer metrô subterrâneo, que seria o ideal? Não tem. Então, vai derrubar as árvores! Não pode derrubar as árvores. Ninguém é favorável. Eu, inclusive, acho que aqueles madeireiros que devoram diariamente a Mata Atlântica, que quase já acabou, e a Amazônia deveriam ser punidos fortemente para que tentássemos diminuir essa devastação.

Ninguém é favorável a que tirem as árvores. Mas eu pergunto: como é que o prefeito de Salvador vai construir o BRT, essa obra de quase R$ 1 bilhão, de uma importância enorme para uma capital travada, que a cada dia piora para se andar. Eu não entendo que para alguns radicais essa obra não possa existir!

A prefeitura, com financiamento do governo federal, não tem dinheiro, presidente, para fazer metrô subterrâneo, que seria o ideal, como vemos em alguns países do mundo! Então, não faz, porque não pode derrubar algumas árvores.

É claro que tem que ser feita a obra e se plantar árvores às margens, como foi feito aqui, na Paralela. É natural que se o metrô da Paralela fosse subterrâneo e tivesse muito mais árvores era muito mais bonito, mas, infelizmente, a condição do nosso país, a condição do nosso estado não permitia. Foram plantadas várias árvores,

várias palmeiras aqui, na Paralela, e até que não ficou, vamos dizer assim, tão feio como se imaginava.

Veja, deputado Luciano, o retrato do radicalismo: há uns 8 anos eu defendi aqui um grupo português. E muitos pensavam, pela minha posição, pelos vários pronunciamentos, que eu era lobista do grupo português que queria construir – veja o absurdo, deputado – um Hotel Hilton, que é uma das maiores redes de hotéis do mundo. Queria construir um Hotel Hilton, tudo certo, atrás do Mercado Modelo, onde é aquele prédio dos azulejos em que há muito tempo funcionou o Paes Mendonça.

Esse grupo, deputado Luciano, comprou três prédios, prédios, não, ruínas que só têm as paredes, para fazer um hotel cinco estrelas naquele local. Mas os radicais do IPHAN, naquela época, fizeram tanta confusão e não liberaram a obra.

Qual o resultado? A prefeitura está tendo de gastar recursos para escorar o paredão daquele prédio dos azulejos para não cair na cabeça do povo. Está lá só o buraco.

Infelizmente, é a triste realidade desses radicais.

Temos que respeitar os diversos pensamentos...

Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) mas é um absurdo. Então, eu digo que o BRT tem de ser feito a despeito desses protestos, que eu acredito, eleitoreiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K., deputado Adolfo Menezes, parabéns pelo pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Próximo orador inscrito, deputado Joseildo Ramos.

Sr. JOSEILDO RAMOS LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa aqui presente, hoje, pela manhã, teve lugar aqui, nesta Casa, uma audiência pública para debater o iminente retrocesso perante o Marco Legal do Saneamento em nosso país.

Nos últimos 14, 15 anos o Brasil investiu significativamente no saneamento, e a Bahia teve um papel preponderante ao incluir, ao possibilitar acesso aos baianos. Três milhões e meio de baianos que não tinham água, principalmente no semiárido, tiveram acesso a água; e mais de 1 milhão e meio de baianos tiveram acesso ao esgotamento sanitário.

A Embasa, nos últimos 12 anos, investiu entre R$ 7 bilhões e meio a R$ 8 bilhões em saneamento básico. Esses números são extremamente importantes.

E o Brasil, hoje, tem um marco regulatório dos mais avançados de que se tem notícia no mundo.

E agora, sem discussão, sem mergulhar em profundos questionamentos nas diversas conferências setoriais, vem a possibilidade de se abrir esse serviço, que é

essencial e que precisa ser subsidiado pelo estado exatamente para as camadas mais pobres das populações brasileira e baiana. Pensa-se na oportunidade de abrir para o mercado, para a iniciativa privada o serviço de saneamento.

Isso decreta o fim da possibilidade de se ter o subsídio cruzado e de, a partir daí, termos o caminho da universalização dos serviços, principalmente mirando as camadas mais fragilizadas socialmente e economicamente da população brasileira e da população baiana.

Pari passu a essa constatação, sobrevém a privatização da Eletrobrás, que está na pauta do Congresso. Repetindo, a privatização da Eletrobrás está na pauta do Congresso. Em qualquer lugar do mundo esse assunto é considerado estratégico. Inclusive, esse assunto está na mira das Forças Armadas, está na mira daquilo que é fundamental para a soberania de qualquer nação, de qualquer país.

E essa privatização, que envolve a privatização da CHESF, eu tenho repetido aqui diversas vezes, é a decretação de morte do Rio São Francisco. Por quê? Porque quem vai presidir a lógica do uso das águas... O uso das águas em qualquer manancial é conflituoso: água para irrigação, para consumo humano, consumo animal, geração de energia, o uso é conflituoso. Mas quando a pedra de toque for o lucro, a revitalização do Rio São Francisco vai ficar para trás, e isso pode significar um prejuízo não só para a Bahia, não só para o Brasil, mas para o mundo.

Então, esse debate, que agregou a academia federal, a academia estadual, especialistas hoje, aqui, nesta Casa, foi importante, necessário, trazido e provocado pela nossa companheira, colega deputada Maria del Carmen.

Essas discussões são importantes, porque o bonde está andando à revelia do conhecimento da sociedade brasileira. E o que vai para leilão, o que vai ser colocado a hasta pública vai ser algo que fere de morte a nossa soberania.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Joseildo Ramos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora, com a palavra o deputado Marcelo Nilo, Marcelo José Nilo do Nascimento.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que é democracia? A democracia é o direito dos iguais, em que o povo tem os mesmos direitos e os mesmos deveres. E o Brasil vive uma democracia recente. Mas todos nós achávamos que vivíamos uma democracia consolidada, em que o povo brasileiro elege os seus governantes, em que o voto faz a democracia. E a democracia é feita pelo voto.

Mas recentemente o Brasil acompanhou um fato atípico, um fato que deixou os verdadeiros democratas preocupados. Primeiro, tivemos o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A presidente Dilma Rousseff, como todos nós sabemos, vivia um momento difícil em sua gestão, mas ela teve 54 milhões e meio de votos. E 367 deputados, ou seja, 367 pessoas, jogaram os votos da Dilma no lixo. Aliás, também jogaram os votos do Aécio e da Marina no lixo. Ou seja, 367 deputados rasgaram, ou

jogaram no lixo, mais de 100 milhões de votos, votos esses dados pelo cidadão e pela cidadã brasileira.

E o que é pior, esses mesmos 367 deputados que cassaram Dilma por pedaladas fiscais mantiveram o presidente Temer, envolvido em corrupção. Repito, os 367 deputados que tiraram Dilma por causa de pedaladas ficais...

O que é pedalada fiscal? Foi ela ter pago Bolsa Família sem orçamento? Foi ela ter pago Minha Casa Minha Vida sem orçamento?

Ou seja, tiraram ela por pedaladas fiscais e mantiveram um presidente envolvido em corrupção com a própria voz. Não existe um site, uma rádio ou uma TV que diariamente não veicule qualquer denúncia de corrupção do atual presidente da República deste país.

E prosseguiram com o golpe, prosseguiram prendendo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sem uma única prova. Eu não vi um bilhete, eu não ouvi a voz, eu não vi e-mail, eu não vi uma mensagem de *WhatsApp*, eu não vi nenhum fato concreto de ato de corrupção do presidente Lula. Mas está preso.

Enquanto isso, o Aécio nós vimos recebendo, através da irmã, R$ 2 milhões. Aliás, nós ouvimos a voz de Aécio pedindo R$ 2 milhões. Está solto.

O José Serra, seu testa de ferro, o Paulo Preto, está com R$ 55 milhões em contas na Suíça. Está solto.

O presidente Temer, a própria voz dizendo: "Amanhã, vai lhe procurar o Loures". E no dia seguinte ele estava correndo em São Paulo, com a mala de dinheiro. Está solto.

Que Justiça é essa que prende um cidadão sem uma única prova? Porque eu desafio ao maior antilulista do Brasil a que mostre alguma prova contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não tem. São convicções dos procuradores, são convicções dos juízes. Por isso que o Brasil vive um momento difícil, uma grave crise econômica fruto de uma grave crise política.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer aqui, alto e em bom som, que nós vamos passar esses tempos difíceis com o voto, quando o povo brasileiro escolher seus governantes fruto da democracia e fruto do voto secreto.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Ex.ª.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, por até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os presentes na Galeria Paulo Jackson...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Está escrito Adolfo Viana aqui, na relação. V. Ex.ª pode conceder e trocar? Se V. Ex.ª quiser, não há problema algum.

O Sr. Adolfo Viana:- O professor merece.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Não tem problema, não. Continue.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Sr. Presidente, já para concluir, porque o horário está-se exaurindo, gostaria de, nesta breve intervenção... Eu tinha outros assuntos, mas vou resumir a minha participação na tribuna hoje ao registro do aniversário da querida cidade de Maetinga, que completa 33 anos.

E, na oportunidade, queria abraçar e saudar o prefeito Edcarlos Oliveira, o vice-prefeito Armênio Barros, todos os vereadores, especialmente os vereadores que apoiam o nosso prefeito. Cumprimento Francisco Junior, Luiz, João, Idaildo, Arnaldo, Brasilino, Dilton, Maurício e Éder.

E deixo o abraço à professora Andréia Vieira, presidente do meu partido, o Partido dos Trabalhadores. Abraço também o querido amigo Liu, uma liderança comunitária religiosa muito importante em Maetinga.

Ressalto aqui a ética, o trabalho de Edcarlos, que, em um levantamento feito recentemente pela imprensa da Bahia, é o prefeito com o menor salário do Executivo municipal, salário de R$ 6 mil. E que ali, na cidade de Maetinga, desenvolve ações em parceria com o governo federal, com o governo do estado, sobretudo com o deputado federal Waldenor Pereira e com o nosso mandato.

Levamos para Maetinga muitas obras, muitas ações. São pequenas barragens, são poços artesianos, são ambulâncias, são ações do governo Rui Costa que têm melhorado, eu diria que de forma visível, aquela população.

E temos ainda, além do que já fizemos, uma agenda de grandes intervenções em Maetinga. Estamos trabalhando, agora, com a Embasa para levar água da Barragem de Anagé, passando por Maetinga, também para Jânio Quadros. São dois municípios que vivem, evidentemente, com dificuldades hídricas, mas que, em função do governo do estado, nós lhes garantimos a segurança e o abastecimento das cidades.

E também estamos trabalhando para melhorar a saúde. Além do que já fizemos, construção de unidade de saúde, estamos, agora – inclusive, hoje tivemos audiência com o secretário, Dr. Fábio Vilas-Boas –, para levar para Maetinga equipamentos como os de radiologia e também equipamentos para melhorar a infraestrutura das nossas unidades de saúde.

Por isso, eu queria deixar, aqui, o meu grande abraço a Maetinga, um grande abraço ao prefeito Edcarlos pela grande administração que faz naquele município, Sr. Presidente. Louvando, portanto, o nosso partido, o nosso governo municipal, o nosso governo estadual que vêm transformando a vida daquela comunidade.

Era o que eu tinha a dizer, respeitando, inclusive voluntariamente, o tempo do Pequeno Expediente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, por até 5 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham em nossas Galerias e através da *TV Assembleia*, eu subo a esta tribuna na tarde desta terça-feira para fazer uma justíssima homenagem à Câmara de Vereadores da cidade do Prado, que prestou uma homenagem mais do que justa ao ex-prefeito Orlando Sulz Almeida, contemplando o Palácio do Turismo da cidade do Prado com o nome desse grande ex-prefeito, que muitos serviços teve a oportunidade de prestar para o desenvolvimento da cidade do Prado.

O ex-prefeito Orlando Sulz de Almeida serviu à cidade do Prado nos anos de 1971 a 1973, quando cumpriu o seu primeiro mandato como prefeito da cidade, e de 77 a 81.

Eu tive a oportunidade, deputados, de participar dessa grande homenagem realizada na Câmara de Vereadores do Prado. Diga-se de passagem, os vereadores aprovaram o nome do ex-prefeito Orlando Sulz de Almeida para o Palácio do Turismo por unanimidade.

E no momento em que a política do Brasil encontra-se num grande descrédito, os vereadores do Prado vão buscar um grande exemplo de homem público para prestar uma grande homenagem, fazendo com que toda uma nova geração de políticos, não apenas do Extremo Sul, mas também do estado da Bahia, possa ter como referência grandes exemplos.

Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, eu fiz questão de subir a esta tribuna para que fique registrado nos Anais desta Assembleia Legislativa essa belíssima e justíssima homenagem a este grande homem público, a este grande ex-prefeito da cidade do Prado, Orlando Sulz de Almeida, para que a sociedade possa tomar conhecimento, para que esta Assembleia Legislativa possa tomar conhecimento e deixar mais uma vez aqui os meus aplausos e o meu parabéns em especial a todos os vereadores e à prefeita do Prado, que também participou dessa justíssima homenagem.

Muito obrigado a todos!

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 25 minutos, é o tempo do PCdoB.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, servidores, imprensa, visitantes do Plenário, das Galerias Paulo Jackson, Defensoria Pública, Sr. Presidente, eu quero aqui acompanhar a tese do deputado Marcelo Nilo, porque ontem fez 30 dias da prisão do ex-presidente Lula. E me parece que há, por parte de um segmento conservador, atrasado, que quer de volta a ditadura militar, uma posição que foi expressa hoje, deputado Joseildo, no Twitter de um coronel aposentado, general da reserva Paulo Chagas, que se coloca como pré-candidato a governador do Distrito Federal, filiado ao partido e militante do Jair Bolsonaro, ele

coloca uma declaração no Twitter dizendo que até o dia 10 ele vai verificar como vota o STF: se vota na defesa do crime, ou se vota na defesa do Brasil.

Ora, a que ponto chegamos? A que ponto chegamos? Em que o indivíduo com uma visão atrasada, conservadora, que acha que nós vamos resolver o problema da criminalidade, deputado Prisco, abatendo homens e mulheres neste Brasil e que quer que a Presidência da República venha para a batuta de uma figura extremamente hostilizada pela sociedade democrática. Essa pessoa que a cada dia o Brasil enxerga como um homem que não tem capacidade de fazer nenhuma gestão democrática, porque pensa como há 50 anos atrás, como se o Brasil não tivesse desenvolvido essa democracia. E, lamentavelmente, nós estamos verificando isso no Brasil inteiro quando ontem fez 1 mês da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o mundo inteiro reclama da perseguição política, o mundo inteiro reclama inclusive da posição extremamente equivocada da presidenta do Supremo Tribunal Federal, que, por uma jogada política, acabou não criando as condições para que o STF fizesse o julgamento correto da prisão em segunda instância.

É por isso que um homem como esse acabou se colocando e emparedando o STF e chamando-o de instituição criminosa, mas o STF assumiu essa posição pública pela posição equivocada, conservadora da presidente daquele Poder.

Então, eu venho aqui dizer que é legítimo, sim, solicitar a liberdade do ex-presidente Lula, que não tem uma comprovação sequer de apropriação indevida. Não há nenhuma prova de que ele adquiriu um determinado apartamento, precisou o Movimento Sem Teto invadir para verificar que as provas que estavam postas no processo eram fantasiosas e mentirosas, onde não tinha um investimento, no que se chamava investimento de R$ 1,2 milhões para a reforma daquele equipamento.

Meu querido deputado Adolfo Viana, V. Ex.ª é um democrata convicto, nós não podemos permitir que este nosso Brasil caminhe no sentido de retroagir e que voltemos a um processo extremamente equivocado, que em 1964 emparedou homens e mulheres que lutavam pela democracia, nós não podemos voltar a isso.

É por isso que eu quero chamar aqui todos os deputados e deputadas, porque nós precisamos fazer as manifestações públicas pelo retorno da democracia no Brasil.

A questão não é apenas ser Lula, a questão é rompimento do Estado de direito, e nós, parlamentares, não podemos ficar calados frente a isso, é para isso que nós fomos eleitos.

Ainda sexta-feira eu fiz uma denúncia lá na cidade de Itapetinga com relação a uma situação, deputado Joseildo e deputado Zé Raimundo, que está acontecendo lá, se montou um esquema naquele local, onde se faz uma blitz da Polícia Militar e, através de uma empresa de guincho, prendem os veículos, muitos deles que não são veículos roubados – aqueles que são roubados devem ser presos e colocados à disposição da Justiça, e quem estava com ele também tem que pagar por isso –, mas alguns veículos que estão apenas com o IPVA atrasados são colocados dentro de um guincho, depois a Polícia Militar sai, e aí o dono do guincho começa a negociar com cada valor para liberar o seu veículo.

Fiz essa denúncia, porque, como parlamentar, se nós não fizermos isso, a população não tem condição de fazer. É por isso que eu chamo cada parlamentar aqui, para que a gente possa juntos lutar pela volta da democracia no Brasil.

Não podemos ficar subordinados a uma rede de televisão que mente todos os dias, que mente todos os dias, para garantir uma posição extremamente diferenciada da política.

Ainda ontem, ouvi Temer dizer, Zé Raimundo, que ele estava muito triste, porque estavam utilizando a moral para criminalizar a política. Ora, meu Deus, como é que Temer pode dizer isso, se ele se aproveitou desse debate da moral e da política para dar um golpe na ex-presidenta Dilma Roussef, uma mulher que não tem nada contra a sua honestidade, nada que mexa com a sua honestidade? Mas ele se aproveitou desse debate equivocado que a Rede Globo faz para criminalizar a política, e ele foi para a televisão ontem dizer que estão criminalizando a política num discurso da moral para atingi-lo. Ora, meu Deus, ele pode fazer isso?

Como bem disse aqui o deputado Marcelo Nilo, são diversas denúncias de corrupção comprovadas, malas apropriadas, o encontro de contas. Ele assumiu publicamente a reforma do apartamento da sua filha pelo general que cuida dos seus interesses. Ora, e é o presidente Lula que está preso em Curitiba, sem uma denúncia comprovada, através de um juiz que não é um juiz. O Sérgio Moro não é um juiz, é um instrumento dos interesses capitalistas, principalmente norte-americano.

E é por isso, deputado Bira Corôa, que a gasolina está nesse preço que está aí. E o vereador Zé Trindade iria chamar agora, corretamente, ele está fazendo o papel dele... Por que se aumentou a gasolina para esse preço estratosférico? Por que aumentou bastante? Aumentou bastante porque nós... Há uma decisão do governo federal de aumentar o preço do combustível produzido no Brasil para permitir a importação de derivados pelas empresas multinacionais, e é impossível, não tem competitividade nessa questão.

Enquanto o presidente dos Estados Unidos taxa o nosso ferro e diz que vai dar mais um mês para que ele seja sobretaxado para lá, nós fazemos o inverso aqui, porque esse foi o objetivo do golpe, de fazer com que nós voltássemos a ser fornecedores de matéria-prima para as grandes potências multinacionais, para as grandes potências internacionais.

Ou seja, é isso que nós precisamos debater, e é isso que nós precisamos trazer para a ordem do dia, e nós precisamos estar juntos aqui, cada um com suas convicções, na luta pela democracia no Brasil.

O Sr. Bira Corôa Lula:- V. Exª. me concede um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Um aparte, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Nobre deputado Rosemberg, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento na tarde de hoje e, mais uma vez, chamar a atenção de que está claro, a cada dia que passa ficando mais claro ainda para a sociedade brasileira, em especial para a Bahia, que a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma prisão política, como extensão ou uma próxima etapa de um golpe que iniciou lá, com o impeachment da Dilma. E o senhor muito bem coloca que não havia motivo

sequer para deflagrar um impeachment, e não há motivo que justifique estar presa a maior personalidade política do século XXI.

Enquanto o golpe, no Brasil, oriundo da elite burguesa do país, sustentado pelos interesses econômicos internacionais, pautado pela mídia golpista e referendado pelo lado podre do Judiciário brasileiro, mantém Lula preso apenas com o mero objetivo de rasgar a democracia do país e de tirar direitos constitucionais. E o senhor pega muito bem quando chama a atenção da Bahia, do Brasil, no seu discurso, para os efeitos socioeconômicos que serão produzidos a partir desse processo.

Na Bahia e em Sergipe o desmonte da Petrobras, está claro, com o fechamento da Fafen. No Polo Petroquímico de Camaçari, três empresas já anunciaram o fechamento, e com o fechamento da Fafen serão 15. Esse é um efeito direto na economia, que reflete, também, na política de taxação dos combustíveis, que é exatamente o interesse de atender ao capital internacional.

E, por fim, dizer que todos nós somos a favor do combate à corrupção. E é exatamente no governo do Partido dos Trabalhadores que se abre condição de se fazer esse combate. Agora, o que nós não defendemos é a destruição das instituições brasileiras. O que está sendo feito com a Petrobras, com a Odebrecht, com a Camargo Correia e com outras instituições, sejam públicas ou privadas, é exatamente levar o país à condição de colônia.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Quero incorporar aqui as colocações do deputado Bira e dizer, deputado Bira, que nós estamos enfrentando e vamos enfrentar um problema mais grave aqui no Nordeste, porque a Petrobras é a principal propulsora de desenvolvimento no Norte e no Nordeste, é a principal propulsora... Deputado Sidelvan, as refinarias no Brasil estão operando a 49%. E é porque elas não têm capacidade de operar numa condição de 100%? Não. É porque é uma orientação do presidente da República para garantir os interesses das empresas de petróleo multinacionais, para que elas possam colocar os seus produtos aqui, e produtos de menor qualidade do que os produtos da Petrobras.

A gasolina que hoje está, na maioria dos postos, que não são os postos que são fornecidos pela Petrobras, são gasolinas de uma qualidade menor do que as feitasa feita pela Petrobras. Mas, mas são gasolinas importadas, são gasolinas com outro tipo de óleo, com outro tipo de tecnologia. E aí é lógico que ela consegue chegar aqui por um preço mais barato, porque ele aumentou o preço do combustível que é produzido no Brasil. E é lógico que eles vão querer usar isso como argumento para vender 75% da refinaria Landulpho Alves e 75% da refinaria Abreu e Lima.

E quero chamar a atenção da sociedade baiana, da sociedade nordestina de que o golpe, também, é contra o povo do Nordeste, o povo nordestino, o povo do Norte, porque as refinarias estão com esse mesmo problema no Brasil inteiro, mas é a refinaria Landulfo Alves, é a refinaria Abreu e Lima, que neste momento tomam o primeiro baque, tendo 75% vendidos para a iniciativa privada. Sob que ótica? Sob a ótica de que prejuízo? Um prejuízo criado pela política que o governo federal está fazendo através desse enganador Pedro Parente, que está na presidência da Petrobras, não com o objetivo de resolver o problema da corrupção. O problema da corrupção é

para ser resolvido diariamente. E ninguém aqui, como disse o deputado Bira Corôa, é a favor de que não se combata a corrupção. Nós temos que combater diariamente, mas é uma falácia o que está atrás dessa operação que se intitulou no Brasil a operação Lava Jato. Não é apenas essa questão da corrupção que a Rede Globo fala todos os dias, que Moro fala todos os dias. É voltar o Brasil a ser apenas um país de exportação de matéria-prima.

Por que nas corrupções havidas nos outros países, as empresas foram seguradas no sentido de não quebrá-las? Se verificou e se tomaram todas as medidas para combater a corrupção, mas preservando o capital das empresas para que elas possam gerar desenvolvimento e renda e emprego para a população daqueles países. Mas aqui no Brasil, não, aqui no Brasil não é combater a corrupção, aqui o objetivo é quebrar a Petrobras, é quebrar a Odebrecht, e quebrar a OAS, a Queiroz Galvão. E não estou aqui fazendo defesa e não tenho procuração com nenhuma delas, a não ser da Petrobras de quem sou funcionário desde 1979.

Mas é um absurdo o que se fez e o que está se fazendo com as empresas nacionais. Tem, sim, que combater a corrupção, mas não em detrimento da venda dos blocos de petróleo. Na realidade não foi uma venda. Um bloco de petróleo que foi estimado em US$ 6 bilhões para venda, ele hoje tem US$ 40 bilhões em reserva no bloco ali na área do pré-sal. Ou seja, o que Temer está fazendo com o Brasil, deputado Zé Raimundo, é um acinte à população brasileira e nós temos que nos unir, todos os deputados, deputado Fábio Souto, para a defesa do Brasil, independentemente da disputa que vai acontecer no mês de outubro. Nós não podemos permitir que o nosso Brasil seja destruído da forma que nós estamos, e calados, deputado Zé Raimundo! Nós precisamos falar, porque agora, com o preço da gasolina como está, nós estamos vendo, deputado Luciano Ribeiro, o que é você não ter controle de preço, o que é você poder importar os produtos, inclusive produtos de baixa qualidade, para disputar com os produtos internos daqui!

E vai aumentar ainda mais se nós não tomarmos uma medida! Eu vejo, toda semana, aqui, corretamente homens e mulheres reivindicando emprego, seja no governo, seja nas empresas. Corretamente! Mas verificamos que a política de distribuição para os estados e municípios é um equívoco. Apenas três estados estão abaixo de 53% com gasto de pessoal, três estados no Brasil...

Então, nós não podemos permitir uma política como essa. E quero conclamar todos os deputados e deputadas, para que façamos um debate sobre o futuro do Brasil, para que possamos ir para as ruas lutar pela democracia, por um país melhor para nós e para os nossos filhos.

Deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Nobre deputado Rosemberg Pinto, eu gostaria de parabenizar pela intervenção, fundamentada pela experiência que V. Ex.ª tem, inclusive, como ex-dirigente da Petrobras aqui na Bahia, conhece esse tema, e ressalto apenas, dentro da fala de V. Ex.ª, este aspecto: o golpe que tirou a Dilma, o golpe que levou ao desmantelamento da economia brasileira, e a Lava Jato, somos favoráveis evidentemente a toda a investigação, mas o exagero da Lava Jato. Dizem

eles que recuperaram R$ 10 bilhões, no entanto, os prejuízos para o Brasil equivalem a bilhões e bilhões, muito mais do que isso aí, porque destruiu praticamente toda a possibilidade de uma estrutura produtiva nacional. V. Ex.ª tem inteira razão.

Nesse debate das eleições, temos que pensar o Brasil que queremos a partir do próximo ano, porque, do contrário, não vai sobrar nada, vai ser tudo vendido, e o país vai, cada vez mais, se tornar uma nação pobre, sem emprego, sem renda e com mais desigualdade social.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Incorporo, deputado Zé Raimundo, o seu pronunciamento. E quero encerrar este pronunciamento aqui dizendo que nós precisamos enfrentar esse debate público com relação a essa parte do Judiciário e a essa parte do segmento da comunicação nacional.

O meu querido amigo, Tasso Franco, uma vez aqui, disse que eu... Às vezes a imprensa aqui, quando escolhia os parlamentares, olhava para mim com um olhar um pouco diferenciado, porque eu era muito crítico à imprensa. Não! Eu não sou crítico, principalmente a esses órgãos de comunicação que a cada dia informam aqui o trabalho dos parlamentares, as reivindicações da sociedade. Eu sou crítico a essa comunicação, a essa rede de comunicação que não existe em nenhum lugar do mundo, só aqui.

Como é que uma rede de comunicação tem um monopólio, contrário inclusive ao que a nossa Constituição diz, que não permite o monopólio da comunicação? Não pode ter uma empresa que esteja em todos os segmentos, em editora, rádio, televisão, com um monopólio imenso, é uma única opinião que se passa para este Brasil. E não se tem oportunidade de fazer o debate do contraditório, é necessário que se possa fazer o contraditório.

E aqui eu quero assumir um erro dos governos do Partido dos Trabalhadores, que é meu partido, que não teve a coragem de enfrentar esse debate da comunicação no Brasil. Nós não podemos permitir que a comunicação seja um monopólio de uma única família ou de quatro famílias no Brasil, que elas falam o que querem e dizem o que querem, e não tem oportunidade do contraditório.

Então, esse debate nós precisamos fazer. Nós precisamos aproveitar essas oportunidades para fazer um debate sobre o Brasil, sobre a Bahia. Nós precisamos de uma oportunidade para discutir sobre os brasileiros!

E, aí, o que é que a *Rede Globo* fez agora com relação àquela ocupação e aquele prédio, sendo que no incêndio caiu, e morreram várias pessoas ali? A culpada não é a política de habitação. O culpado é o movimento que estava cobrando R$ 300,00 ou R$ 400,00 para as pessoas se hospedarem ali!

A que ponto nós chegamos! Então, é a sociedade que passa a ser culpada, enquanto que a política de governo não é implementada do ponto de vista de garantir as condições básicas para os homens e para as mulheres! É uma inversão de papel que nós estamos vivendo neste país! E nós precisamos enfrentar esse debate erguidos!

Por isso, eu quero mais uma vez conclamar todos: nós precisamos ir para as ruas para libertar esse preso político que melhorou a vida de brasileiros e brasileiras! É um preso político perseguido por uma parte de Judiciário que não representa os

interesses do Judiciário, a não ser os interesses do capital internacional, que quer ver o Brasil de joelhos perante os Estados Unidos, que quer ver brasileiros e brasileiras vendendo a sua força de trabalho barato! Brasileiros e brasileiras saindo daqui para ir para os Estados Unidos para serem lavadores de prato, para serem o carpinteiro, os trabalhos que a população não quer fazer lá!

Por isso, Sr. Presidente, quero encerrar, aqui, dizendo que nós precisamos retomar o debate do Brasil que pretendemos, do desenvolvimento do Brasil, da liberdade do presidente Lula! E não podemos ceder a essa posição intransigente dessa parte do Judiciário e de uma mídia que não tem condição de dialogar com a sociedade, porque é uma mídia monopolista defendendo os interesses que não são os interesses da sociedade brasileira!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Por todo o tempo, Sr. Presidente, falará o nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, por até 10 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. e Sr.as Servidores desta Casa, imprensa, muito especial aos senhores e senhoras das galerias, especial aos agentes penitenciários, quero dizer da satisfação de estarmos no dia de hoje debatendo um projeto importante, ainda distante do ideal, mas um avanço significativo para uma categoria que presta um relevante serviço à sociedade baiana e brasileira. Uma boa-tarde a vocês, queremos na tarde de hoje, para o início da noite, cumprir com os nossos compromissos. Aproveito para chamar todos os deputados e deputadas para essa responsabilidade, para votarmos e aprovarmos a matéria que diz respeito a um pequeno avanço salarial da categoria, como reconhecimento e, por justiça, esta Casa fazer o seu papel.

Mas senhor e senhoras, deputados e deputadas, o que me traz nesta tarde também para fazer uma fala? Primeiro, parabenizar pela passagem dos 33 anos de emancipação política do município de Lapão, que completará no dia de amanhã data importante.

Lapão é uma referência, nobre deputado Rosemberg, lá atrás de uma ação de composição socialista, quando um latifundiário resolve dividir as suas terras para formar uma vila, que mais tarde se consolida como um distrito e depois um município, cujo nome advém, exatamente, de uma gruta, o lapão, que tem um rio subterrâneo e que compõe um município estratégico, importante da região de Irecê, que tem como base de sustentação econômica, exatamente, a agricultura. E a agricultura hoje de irrigação.

Aproveito para parabenizar o prefeito Ricardo e toda a sua equipe pelo belíssimo trabalho que vêm fazendo no município, mas especialmente um abraço muito forte a todo o povo de Lapão. E os meus cumprimentos ao vereador Paulo Roberto, Orestes e a Fábio, secretário de Agricultura, pelo desempenho e pelo compromisso com o povo de Lapão.

Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar de pontuar o que está na ordem do dia de todas as famílias brasileiras, até das famílias que foram motivadas pela mídia golpista ou tomadas pelos interesses da burguesia ou da elite brasileira, que foram às ruas bater panelas, travestidos de verde e amarelo – quero reafirmar –, travestidos de verde e amarelo, porque não são nacionalistas. Porque nacionalistas não defendem a entrega do patrimônio nacional, como esse governo golpista está fazendo; nacionalistas não defendem pôr fim à maior instituição pública na exploração e no trato do petróleo do Brasil e da América Latina, que é a Petrobras; nacionalistas não defendem o fechamento das universidades públicas federais deste país; nacionalistas não defendem a retomada da condição de miserabilidade à maioria das famílias brasileiras, como estamos prestes a conduzir; nacionalistas não defendem a entrega do patrimônio nacional; nacionalistas não defendem o retorno à condição escrava da classe trabalhadora brasileira; o nacionalista não defende, acima de tudo, o rasgar da sua Constituição, sua Lei Maior; o nacionalista não defende interesses que favorecem a economia internacional e o grande capital internacional; nacionalistas não defendem a devolução da condição de refém do Brasil ao maior agiota internacional, que é o FMI.

Então, por isso é que eu não poderia deixar de pontuar que o que estamos vivenciando hoje não é uma prisão por irregularidades do presidente Lula. O que estamos discutindo hoje é nada mais, nada menos do que uma intervenção política, um golpe institucional que nasceu por dentro do Congresso brasileiro e que foi pautado e está sendo pautado por parte do Judiciário brasileiro, que depõe contra os interesses do povo brasileiro, que rasga a sua Constituição e tenta pôr fim à democracia.

Posso dizer que o que está em discussão hoje é: tirar Luiz Inácio Lula da Silva da condição de disputar, honrosamente, o pleito logo mais em outubro para a presidência da República, porque, apesar de todo o golpe, apesar de todas as manobras da produção indevida de provas não existentes, de todas as maracutaias que foram realizadas, da farra com emendas no orçamento para favorecer deputados que deram sustentação ao governo golpista do Temer e que aprovaram a reforma trabalhista que retirou direitos de trabalhadores e de trabalhadoras, tem sido insuficiente para apagar a memória do povo brasileiro e ferir, acima de tudo, a disposição do povo brasileiro em defender a democracia, conduzindo, mais uma vez, à presidência da República aquele nordestino, retirante, mas que teve a capacidade de transformar a realidade do povo brasileiro, que teve o compromisso de levar o Brasil a um cenário de destaque internacional antes nunca alcançado.

Foi ele que pela primeira vez permitiu que o Brasil durante 8 anos do seu mandato, nos dois mandatos, pudesse estar na mesa do G8; é ele que consegue manter a independência e a autonomia da América Latina; é ele que pauta políticas

internacionais; é ele que é referência de políticas econômicas, de políticas de inclusão e de reparação; é ele o referencial para o combate à fome no Brasil e até espelhado para ser o combate da fome no mundo.

Então, sem dúvida nenhuma, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, como parte do golpe, é nada mais, nada menos do que tirar Luiz Inácio Lula da Silva da disputa. É uma prisão política que não procede, oriunda a partir de um juiz de primeira instância que está à disposição e ao serviço do capital internacional. É conduzida de forma, posso dizer, vergonhosa, porque é assim que o Brasil está sendo visto no mundo, hoje: como um país sem lei, um país sem poderes. E nós que fazemos parte de um poder constituído, não podemos cruzar os braços, Joseildo, não podemos cruzar os braços e assistir a esse desmando que está sendo feito na política nacional e na condução do país.

É por isso que o povo brasileiro está nos dando a regra do jogo. O povo brasileiro está indo às ruas para dizer Lula Livre. O povo brasileiro está indo às ruas para referendar sua disposição e sua vontade e a luta pela democracia. E o que nós estamos assistindo ainda na extensão do golpe é a preparação para o fim de um processo, de um sonho de transformação desse país, porque o que eles tentaram montar, no isolamento que tentaram impor à prisão de Lula, era para no ostracismo ou no isolamento entrar no desespero e quem sabe eles poderem atestar, como atestaram a morte de Getúlio, dizendo que foi suicídio, e que até hoje não se comprovou um suicídio. Mas o Lula demonstra cada vez mais a sua força, o seu poder de liderança e a sua capacidade de conduzir as lutas mesmo no cárcere, mesmo numa prisão indevida, diferente do que a gente assistiu aqui na Bahia, aquele que posou de líder, na tentativa de resgatar o seu grupo, na hora de tomar decisão tremeu nas bases. Posso dizer, não teve a capacidade de assumir a postura de liderança ou de bater no peito e dizer: “Sou líder e vou conduzir o meu exército”. O que ele fez? Simplesmente se acovardou, fugiu desse debate, retirou-se do jogo e está aí numa tentativa de botar um tampão sem rumo para fazer uma disputa no estado da Bahia, para enfrentar o governo que mais tem avançado na Bahia e o governo que mais se destaca no Brasil hoje, que é o governo do governador Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA LULA:- E por fim, Sr. Presidente, quero dizer o que o Brasil e a Bahia estão dizendo: Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, por todo o tempo o nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 10 minutos.

Quero saudar os servidores do Ministério Público aqui presentes. Sejam bem-vindos a esta Casa, que é de vocês.

O Sr. MARCELINO GALO LULA:- Sr. Presidente que ora responde, deputado Fabrício, nobres deputados, nobres deputadas, caros servidores e servidoras desta Casa, quem nos visita, aqui os agentes penitenciários e servidores do Ministério Público.

Deputado Rosemberg Pinto, eu conversava, ontem à noite, com um médico amigo meu, e ele tinha ido aos Estados Unidos para fazer uma reciclagem. Ali trabalhava, é especialista em dor e trabalhava com dores na coluna. Então, ele foi, justamente, se capacitar com um médico americano que cuidava dos soldados americanos que foram ao Iraque. E ali, naquela guerra, que foram levados de forma mentirosa para assaltar a riqueza – e a riqueza que mais interessa ao imperialismo, que é a energia e o petróleo –, ele falava que surgiu uma nova doença em milhares de ex-soldados que foram mutilados na guerra do Iraque, deputado Hildécio. Eles usavam próteses: uma prótese, duas próteses, prótese de mão. E ele sentiu dores, mesmo tendo a prótese na ponta do pé. E essa doença, chamada de doença fantasma, na verdade era uma projeção das dores da coluna.

Então, esse é o método que foi utilizado lá no Iraque. Se destrói a Síria. E aqui não se precisou dar um tiro para tomar essa riqueza que vem das profundezas do mar. E essa sociedade brasileira, de forma muito sofrida, produziu conhecimento, produziu cientistas, técnicos que tiveram a capacidade de explorar esse recurso e que foi tomado durante uma semana.

Nunca uma nação no mundo passou por um processo de destruição tão violento como o Brasil, com esse golpe garantido, financiado por corporações internacionais e aqui feito por pseudobrasileiros que serviram a essa gente contra a classe trabalhadora, contra o pobre deste país, destruindo esta nação. E agora o golpe continua cada vez com medidas mais ousadas. E um desses projetos de lei já está tramitando no Congresso Nacional, um projeto de lei que foi feito em 2002 que flexibiliza toda a legislação de agrotóxico, deputado Fábio Souto.

Nós já temos um verdadeiro descalabro com a falta de controle total, com alimentos extremamente contaminados que servimos aos nossos familiares, servimos aos nossos filhos. Alimentos com alto grau de contaminação por ingredientes ativos desses venenos utilizados na agricultura.

E agora esse projeto que flexibiliza, primeiro, revoga a Constituição do ponto de vista do conceito. Então quando eu era estudante de Agronomia, nós fizemos uma grande disputa de conceito: se era defensivo agrícola ou se era agrotóxico. Isso há trinta e tantos anos atrás, na década de 80. Aquilo passou o conceito correto de agrotóxico. E hoje eles querem retirar esse conceito para voltar a ser "defensivos agrícolas". Onde é que veneno é defensivo?

Eles querem também retirar a Anvisa, que é o órgão do Ministério da Saúde, querem retirar o Ibama, que é o órgão do Meio Ambiente. E só quem vai registrar e licenciar esses produtos é o Ministério da Agricultura. E Ministério da Agricultura cuida da agricultura. Quem cuida da saúde humana é o Ministério da Saúde. Quem

cuida do meio ambiente é o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama. Então, são essas três instituições, pela Constituição, pela lei, que têm que registrar esses produtos que querem entrar no mercado. Então agora com essa flexibilização não vai mais ser necessário.

E nós sabemos que não são só os produtos formalizados, credenciados, que são utilizados. Aqui neste estado se travou uma imensa batalha jurídica no sentido de liberar de forma emergencial o benzoato de emamectina. Esses produtos eram usados e foram liberados, apenas permitidos, para uso emergencial no uso da lavoura da soja. E, hoje, nós temos grande responsabilidade, porque ele está sendo usado na cultura do tomate que é levado à mesa, com o qual nós fazemos aquela salada e usamos in natura. Isso é um crime! Isso é um crime que a sociedade se permite. E isso foi liberado pelo Judiciário e está sendo usado indevidamente, de forma criminosa, em outras culturas para as quais não foram liberadas, porque apenas foram permitidas para um uso. E, na semana retrasada, numa fiscalização, esses produtos foram apreendidos em vários imóveis rurais sem nenhum tipo de licença, sem o uso legal do receituário agronômico.

Então, é o desmonte. Nunca vivemos, neste país, no ciclo político recente, o desmonte violento das instituições. Isso por quê? Porque querem liberar, usar da forma que querem, é um negócio que dá lucro. E quando tem dinheiro, quando tem lucro, não interessa a saúde da população. Porque essa população construída ao longo desses 518 anos é apartada, porque a escravidão deixou sua marca profunda de quase metade desse período histórico, e a população ainda não entende. E uma classe dominante perversa, uma das mais cruéis do mundo, tem a capacidade de fazer com que a população coma veneno para lucrar. Porque somente quem ganha dinheiro são os produtores desses produtos, muitos deles proibidos em seus países originários, como na Alemanha, como na China. E todo mundo aqui sabe como é que funciona a regulamentação dos mercados na China.

E, no entanto, nesse país, nesse território nós haveremos de construir uma nação. E para construir nação nós temos que ter povo livre, povo liberto. E a consciência é fundamental. Nós temos que construir um povo livre com educação, com informação. Essa é a nossa tarefa para libertar aquele que mais avançou na construção de uma nação livre, democrática, inclusiva, que foi o presidente Luiz Inácio da Silva. Por isso que a burguesia nacional o prendeu, um mês de cárcere para a maior liderança operária do mundo forjada na luta pela democracia neste país.

Por isso, Lula livre! Lula é inocente! Lula presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Carlos Geilson por 4 minutos; Arimateia por 4 e Soldado Prisco por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de saudar esta tão importante categoria que são os agentes penitenciário nesta apresentação aqui presente no dia de hoje. (Palmas)

Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de 4 minutos, assim determinado pelo Líder da Bancada da Minoria.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, volto a esta tribuna para comemorar, no dia de hoje, o aniversário de um grande baiano, um ilustre feirense, ex-vereador em Feira de Santana, ex-prefeito, ex-deputado federal, ex-secretário de estado, ex-senador e ex-governador da Bahia. Trata-se do grande feirense João Durval Carneiro.

E falo com muito orgulho, porque João Durval é de uma época em que se fazia política mais de forma romântica e menos do que se faz hoje. João Durval foi governador da Bahia e continua tendo uma vida simples. Foi senador e continua tendo uma vida simples. E, hoje, ele completa 89 anos de idade.

Quero lembrar de João Durval, o João do Sertão. E como o Sertão da Bahia lhe é grato pelas obras e pelos benefícios. Nós, baianos, queremos lhe agradecer, João Durval, pela grande obra de Pedra do Cavalo. O sertanejo lhe é grato. Me lembro muito bem e especialmente Feira de Santana quando, em sua gestão, transformou a cidade em um verdadeiro canteiro de obras. E, lá, está a sua marca como feirense.

E, hoje, ao completar 89 anos de vida, o distrito que leva o seu nome em Feira de Santana, Dr. João Durval, completa 35 anos. João Durval faz 89 anos e o distrito que leva o seu nome em Feira de Santana completa 35 anos.

Homem simples, homem trabalhador.

E, aqui, quero dividir esta alegria com os seus filhos Sérgio Carneiro, João Henrique, a sua esposa, Dr.ª Yeda Barradas Carneiro. Nós, torcedores do Vitória, meu caro Rosemberg Pinto, somos gratos pelo Estádio Manoel Barradas que leva o nome do sogro do ex-governador João Durval Carneiro.

Então, são políticos como João Durval que eu tenho orgulho de subir a esta tribuna para falar das suas qualidades sem risco, sem medo de me decepcionar. Feira de Santana é muito grata a João Durval. Quantas obras nós temos na cidade!

Mas, deputado Gika, quero dizer que sei também, lá na sua região, região do sisal, o quanto João Durval é amado e estimado; o quanto o sertanejo lhe é grato pelas obras que, até hoje, existem como as barragens que beneficiam as cidades da Região Sisaleira, do Norte do estado, enfim, de todo o estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente, o motivo de subir a esta tribuna é para dizer: parabéns, João Durval Carneiro!

Sou um feirense e lhe sou muito grato pelo que fez, especialmente, pela minha terra Feira de Santana.

Parabéns, João Durval, 89 anos, nome limpo, claro, transparente, pois foi governador e não amealhou grandes recursos. Não é um homem de grandes posses.

Mas eu acho que, para um homem público, o principal é um nome honrado. João Durval tem um nome honrado e uma vida limpa. Ele orgulha a todos nós, não só

feirenses, seus eleitores, seus correligionários, seus familiares e a vida pública de um modo geral.

Parabéns, João Durval Carneiro! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quero parabenizar o deputado Carlos Geilson por esta brilhante homenagem ao ex-governador João Durval Carneiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado José de Arimateia pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, eu quero agradecer as presenças da imprensa e da *TV Assembleia* que transmitem, para o estado da Bahia, o que acontece aqui.

Quero, também, registrar a presença desta liderança lá do Sul da Bahia, pois ele foi secretário do Meio Ambiente da cidade de Ubatã, meu amigo Aidilson, conhecido como Pequeno de Miriti. Fique em pé aí Pequeno, por favor. (A pessoa se levanta.) Olhem ele ali, veio lá do Sul da Bahia prestigiar este momento importante aqui nesta tarde onde nós estamos no Plenário para discutir as leis importantes para a nossa Bahia.

Sr. Presidente, já que hoje está em pauta o projeto de lei dos agentes penitenciários, eu gostaria de informar para vocês que nós, da Oposição, apresentamos uma emenda para beneficiar todos os funcionários. Mas, lamentavelmente, isso não vai ser possível pela forma como eles não querem acatar nossa emenda da Oposição.

Mesmo assim, nós não iremos obstruir porque é um direito e, também, jamais, iremos impedir tal benefício através de obstrução. A gente poderia entrar madrugada toda aqui através de obstrução.

Mas nós sabemos da importância do trabalho dos agentes penitenciários. Sei, também, da necessidade de aumentar o efetivo. (Palmas) Isso era para ser colocado neste projeto aqui. Vejam o exemplo ocorrido em Feira de Santana com 1.800 presos e, lá, só tem 110...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Hein?

(As galerias se manifestam.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Lá, em Feira de Santana, são 2 mil presos, repito, 2 mil presos. A família carcerária lá são 2 mil pessoas e só existem 120 agentes. Pois é! Então isso, realmente, precisa ser colocado aqui. (Palmas)

Então podem ter certeza de que se dependesse da gente, isso seria resolvido hoje.

(Há manifestação nas Galerias e no Plenário.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Isso seria resolvido hoje.

(Há manifestações nas Galerias e no Plenário.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Hein?

(Há manifestações nas Galerias e no Plenário.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Se dependesse para aumentar o efetivo? Não está não. Aqui está no ajuste. Mas quando? Aqui, no projeto de hoje, é só o ajuste; que não estão são beneficiados todos. Entendeu, deputado? Mesmo assim, nós não vamos obstruir. Nós temos que deixar isso claro aqui.

Lembro aos Srs. Agentes, servidores penitenciários, que esta Casa aprovou um projeto de lei quando ficou instituído o Dia do Servidor Penitenciário a ser comemorado, anualmente, em 20 de novembro. Esse projeto lei é da minha autoria, e foi aprovado por unanimidade pelos Srs. Deputados. (Palmas)

Eu gostaria de registrar que, hoje realmente, vocês são reconhecidos aqui nesta Casa e no calendário conforme diz a lei: "O 'Dia do Agente Penitenciário' passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia." (Palmas)

Então, este projeto foi aprovado por esta Casa e foi sancionado pelo vice-governador que, à época, exercia a função de governador, João Leão. Então, não poderia deixar de registrar isso aqui.

Podem contar com a nossa colaboração. Nós estamos aqui para que, em cada luta de vocês, vocês possam ser, realmente, beneficiados com justa causa para vocês fazerem o seu trabalho com dignidade.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- E precisa ser reconhecida a importância de vocês para a sociedade pública, porque vocês são muito importantes. (Palmas)

Deus os abençoe! Um abraço!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Depois das belas palavras do deputado José de Arimateia, com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, demais deputados aqui presentes, membros da plenária também, companheiros servidores públicos tanto dos agentes penitenciários como do Ministério Público presentes aqui, uma saudação especial. (Palmas)

Vai, aqui, uma nota de pesar à nossa companheira Márcia Barbosa, agente penitenciária que, infelizmente, faleceu lá no presídio de Teixeira de Freitas. Com certeza, se houvesse um atendimento no local, ela estaria viva, pois era muito nova, com muita batalha pela frente. Infelizmente, houve essa fatalidade.

Sr. Presidente, nada mais do que justo voltar ao projeto dos servidores públicos, dos agentes penitenciários, já que, à época da votação nesta Casa, foi feita a promessa neste mesmo Plenário pelo deputado Líder do Governo, Zé Neto Lula, e não foi votado à época. Mesmo com atraso, acho justíssimo este reajuste nos salários dos servidores penitenciários da Bahia.

Conheço muito bem esta categoria, porque eu já estive, infelizmente, preso e perseguido por este governo. Vi, de perto, a outra face do agente penitenciário. Vi o quanto este trabalho é difícil. Vi o quanto, naquele momento ali, a responsabilidade e a vida deles estão entregues sem nenhuma condição de trabalho praticamente. Mesmo assim, eles se dedicam ao máximo àqueles serviços.

O que seria do sistema carcerário brasileiro se não fosse o agente penitenciário? Não do governo, mas dele, porque é com o coração e com honra que eles fazem a profissão deles, mesmo sem condição nenhuma e com o efetivo bastante reduzido.

Então este reajuste nos salários vem no momento certo. Espero que não pare só por aqui, não só eles como os demais servidores sejam valorizados por este governo. Espero que seja realmente cumprido aquilo tudo que ele prometeu na campanha eleitoral. Vejam, até o presente momento, praticamente quase nada disso foi cumprido.

Estamos vivendo uma situação do Planserv aí. Trata-se de uma calamidade pública com nosso plano de saúde. Espero que, realmente, antes do final do mandato, todo aquele recurso que veio para o Planserv, que foi aumentado aqui nesta Casa, seja implementado ao plano de saúde do servidor, porque infelizmente isso não vem ocorrendo.

As tais cotas inventadas só têm atrasado ainda mais o lado do servidor. E as cidades do interior, que não tinham atendimento do Planserv, que, à aquela época do projeto, votaram aqui a promessa de que aconteceria o aumento do quadro das clínicas e dos hospitais. Infelizmente, isso não aconteceu. Estamos vendo o que está acontecendo em relação a isso.

Há um assunto muito falado aqui: a prisão do ex-presidente Lula. Lembro que ele foi transitado em julgado. Não fiquem muito preocupados não, porque Lula não vai disputar a eleição para presidente, porque ele já é considerado como ficha suja.

Mas é bom que o Brasil saiba muito bem mudar a realidade deste país nesta próxima eleição. E é bom que vocês já vão aí se acostumando, porque virá, aí, um presidente com pulso para mudar a realidade deste país e ele se chama Jair Bolsonaro. Tenho certeza de que ele vai mudar a realidade deste país e vai se mostrar como o presidente de pulso, porque a criminalidade não terá voz e vez neste país.

Do jeito que as coisas andam no Brasil hoje, nós estamos precisando de uma pessoa como o presidente Jair Bolsonaro. Eu tenho certeza de que ele vai mudar a realidade do país e vai acabar com esta lama de corrupção que varre hoje todo o nosso Congresso Nacional e toda a nossa política brasileira. Podem já ir se acostumando. Tenho certeza disso, porque ele vai mudar a nossa realidade.

Com certeza, o nosso projeto será votado aqui hoje para agraciar uma categoria tão importante para o povo baiano e para o povo brasileiro. (Palmas)

Para vocês, agentes penitenciários, que Deus os abençoe!

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo Lula:- Nobre presidente, por todo o tempo, falará o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo por 12 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Deputado Fabrício Falcão, dirigente desta sessão, os presentes nas Galerias, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, colegas deputados e deputadas, a imprensa, os colaboradores aqui da Mesa Diretora, nós votaremos, Sr. Presidente, dois projetos importantes nesta tarde.

Isso é fruto de um trabalho, de um cuidado do nosso governo, do nosso secretário da administração de finanças, pois foi, naturalmente, negociado com os setores e com as representações dos servidores. Vamos melhorar as condições de salário e de trabalho dos nossos agentes penitenciários, uma função extremamente complexa.

Tenho vários amigos e ex-alunos de Vitória da Conquista que participam desta luta e desta reivindicação. E se Deus quiser, o governo Rui Costa, gradativamente, vai melhorando os setores estratégicos dos servidores, melhor, do servidor como um todo.

Neste momento, muitos estados brasileiros estão passando por dificuldades como o caso do Rio de Janeiro, Minas Gerais, inclusive administrado por nosso correligionário, o Rio Grande do Sul. Muitos estados estão aí com 5 ou 6 meses de atraso no pagamento dos salários e dos vencimentos de seus servidores. Muitos estados estão com as suas finanças completamente deterioradas, com a segurança pública que faz dó, como é o caso do Rio de Janeiro.

E o governador Rui Costa vem cuidando de manter a máquina pública numa relativa estabilidade, com muitos problemas, muitos desafios. E, mesmo assim, ele vem investindo em saúde, educação, infraestrutura presidiária. São vários presídios construídos. É o caso de Vitória da Conquista, Fabrício, que nós presenciamos lá. Na gestão em que fui prefeito, eu doei aquela área. Brumado está, agora, também, já em fase de conclusão e de implementação. Você esteve lá, não foi? E você foi meu líder lá...

(Há manifestação em Plenário fora do microfone.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Então, assim, este é um tema complexo, gente.

Às vezes, o deputado de Oposição vem aqui e faz um discurso fácil ao dizer que a segurança pública é um drama. Infelizmente, no mundo inteiro, em todos os estados brasileiros, independentemente de partido político, a segurança pública é um sério problema.

São Paulo e Rio de Janeiro são estados ricos com problemas seriíssimos na área da segurança pública. Na verdade, a responsabilidade, também, é da sociedade, repito, é da sociedade. Não basta criticar o governo. Não basta criticar esse ou aquele governador, esse ou aquele secretário, essa ou aquela administração.

É grave o problema! E um dos aspectos está lá no fundo: a questão da desigualdade. Esta é uma questão simbólica. É a questão da autoridade familiar. É a questão dos espaços que, geral e historicamente, construíram sociabilidade como a escola, como a família, como os bairros.

E, hoje, a televisão invade todos os espaços. A televisão só prega sucesso para quem ganha dinheiro; não valoriza a vida quotidiana das pessoas simples. Na televisão, a todo o tempo, o herói nacional é quem ganha dinheiro, é quem é rico. A pessoa simples e o cidadão de bem não são valorizados, tampouco são vistos como um exemplo na sociedade.

Então, os problemas da violência e dos desarranjos sociais são muito graves e profundos. Por isso, a gente vai dizer, sempre, que, ao lado dos bens matérias, ao lado das obras matérias que o governador faz, que Wagner fez, que o Lula fez, que a Dilma fez, ao elevar padrão de vida do povo brasileiro...

É preciso nós trabalharmos a consciência, a solidariedade, os valores humanos, como a gente vê em muitas gestões, como a gente vê em muitas gestões de prefeitos, independente até de partidos políticos, que constroem uma sociabilidade em seu município, valorizando o jovem, o idoso com programas sociais. É isso que vai tirar a gente, efetivamente, de um caos da violência.

Mas, Sr. Presidente, nós vamos também votar outros projetos aqui que vão no sentido de colocar uma carga horária de 40 horas para os agentes de tributos estaduais em futuros concursos. Com isso, o governador Rui Costa vai, efetivamente, construir uma burocracia capaz de responder aos desafios do Estado neste momento.

Mas, ao lado dessas ações, eu gostaria de destacar que o governador Rui Costa vem se notabilizando por uma gestão que leva obras para os sertões da Bahia, leva obras a todas as regiões do estado da Bahia, Sr. Presidente, repito, a todas as regiões.

Aqui em Salvador, estamos vendo uma verdadeira revolução urbana. Estamos vendo em Salvador obras que vão marcar o século XXI nesta querida cidade, cidade que eu conheci ainda jovem, cidade que eu conheci com quinhentos e poucos mil habitantes.

Em seguida, veio a falta de planejamento e a falta de políticas sociais. Salvador se tornou uma das cidades mais desiguais do Brasil com as populações que, antes, viviam no centro da cidade, nos baixios e foram expulsas para as periferias distantes sem transporte coletivo, sem saúde e sem lazer.

Claro, não podemos desconhecer, até como educador e como professor da área de Ciências Humanas, que outros governos fizeram intervenções interessantes em Salvador nas décadas de 1970-80 com as grandes avenidas. Mas, ao fazerem isso, foram expulsando a população para as periferias.

E, agora, vem o governador Rui Costa a colocar Salvador novamente nos trilhos com o metrô, pois são 42 quilômetros de trilhos ligando grandes avenidas a áreas esquecidas com o intuito de integrar mais a cidade.

E, ainda para o futuro de médio a longo prazo, talvez 1 a 2 anos mais, vamos integrar a Av. Suburbana com o metro; deslocar a Estação Rodoviária para outro espaço; criar, portanto, uma mobilidade urbana mais efetiva com mais qualidade. Até agora, eu estava falando de Salvador.

E, quanto aos sertões da Bahia, aonde Rui vai, ele é ovacionado, é abraçado, é querido. Querido porque ele está levando saúde, educação. E quando a gente junta o nome do Rui, Wagner e Lula, é, aí, sucesso total.

Ouvi aqui. E é um direito democrático de cada um manifestar a sua opção.

Mas o presidente do Brasil não vai ser esse cidadão que quer governar com a opressão, com o grito. Não vai ser ele. Esse candidato está surgindo aí a querer ser o salvador da pátria.

Quanto ao presidente Lula, por onde ele passa hoje, em qualquer comunidade rural, em qualquer comunidade urbana, quando se fala o nome de Lula, o povo aplaude porque reconhece ter sido ele o presidente que transformou a vida dos mais simples, que deu dignidade ao homem do campo, aos quilombolas, aos índios descendentes, aos trabalhadores domésticos, às trabalhadoras domésticas. Em outras palavras, em seu governo, houve um projeto de inclusão social para desenvolver o Brasil com o seu mercado interno.

Infelizmente, a burguesia brasileira cega e burra deu o golpe na Dilma e apoia, inclusive, esta violência contra o presidente Lula. Se ela fosse inteligente, a burguesia brasileira teria rechaçado o golpe, teria apoiado a saída daquela crise que a Dilma sinalizou com medidas gradativas para retomarmos o crescimento. Foram para o caminho da aventura.

Mas o povo vai responder. Nós vamos fazer o grande debate. E o povo brasileiro vai eleger um candidato identificado com o nosso partido. Nós acreditamos sim que pode o processo ser anulado. Há indícios graves de incompetência processual, de ilegitimidade, de agressão processual, e o processo contra Lula pode ser cassado e ele pode vir a ser presidente, ser candidato a presidente. E candidato, não tem quem tire a eleição do Lula.

Nós caminhamos, temos pesquisas qualitativas, e a própria rede, que é seu adversário, que é adversário do nosso partido, nas suas pesquisas, o Lula ganha, inclusive em São Paulo, para os candidatos da direita.

Por isso, estamos muito otimistas e temos a convicção que Rui Costa, que o companheiro Lula, que o companheiro Wagner, que os companheiros da Base do Governo, que os partidos aliados vão se mobilizar nacionalmente e teremos, sim, o nosso partido, o Lula no 2º turno, se não ganharmos no 1º turno.

E por que isso? Porque o povo reconhece aquelas medidas, reconhece o progresso, reconhece as políticas sociais que permitiram que mais de 60 milhões de brasileiros saíssem da miséria absoluta, que muitos brasileiros ascendessem da pobreza para a classe B e C, com políticas sociais como o programa Minha Casa

Minha Vida, como a valorização do salário mínimo, como o Pronaf, como a criação de muitas universidades, só seis universidades na Bahia; quase 40 escolas técnicas federais na Bahia, e nós vamos, se Deus quiser, Sr. Presidente, mostrar que não é o tempo desses aventureiros do poder.

Esses aventureiros que estão se arvorando aí de homens poderosos, com autoritarismo subjacente, o povo vai responder com mais democracia, com mais mobilização social, e nós vamos ganhar essas eleições.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Depois da palavra do nobre deputado Zé Raimundo, concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRP/Podemos/Avante, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PRB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Soldado Prisco:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.765/2018, de procedência do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória dos servidores da carreira de agente penitenciário integrante do Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários, na forma que indica, e dá outras providências.

Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto, para votar o aumento dessa importante categoria, que são os agentes penitenciários da Bahia.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- (Lê)*"Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.765/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Altera a estrutura remuneratória dos servidores da carreira de Agente Penitenciário Integrante, do Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários, na forma que indica, e dá outras providências.*

Apresenta, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, propondo a alteração da estrutura remuneratória da carreira de Agente Penitenciário, com vigência a partir de 1º de abril de 2018.

A medida, voltada para a melhoria do sistema de segurança pública do Estado, gerará um acréscimo da despesa de pessoal, 'em 2018, da ordem de R$ 3.957.202,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e dois reais)', enquanto em 2019 o incremento na despesa 'será de R$ 8.646.199,00 (oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, cento e noventa e nove reais)'..."

Só nestes 2 anos são R$ 12 milhões de incremento a esses servidores.

"(...) A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Oposição, inserindo mais um artigo ao projeto, propondo um aumento linear de 10,38%, a partir de 01 de abril de 2018 e incidindo sobre os vencimentos vigentes em 1º de novembro de 2015, para os cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais 'Artes e Cultura, Comunicação Social, Fiscalização e Regulação, Fisco, Gestão Pública, Obras Públicas, Serviços de Apoio Técnico Administrativo da Procuradoria-Geral do Estado, Serviços Públicos de Saúde, Técnico Administrativo, Técnico Específico e Técnico Jurídico, bem como os vencimentos da carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais e os valores dos símbolos das Funções Gratificadas e dos Cargos em Comissão da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual', bem como o subsídio dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo das Carreiras de Médico e de Regulador da Assistência em Saúde, os vencimentos dos professores das Universidades Estaduais, os vencimentos dos cargos do quadro especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631/2003, o subsídio dos defensores públicos e também os proventos de inatividade e pensões'..."

Srs. Deputados, quero pedir vênia aqui ao deputado Luciano Ribeiro, porque, do ponto de vista do aumento de uma forma generalizada aos servidores, no que pese entender a importância da remuneração de todos os servidores no estado, inclusive da linearidade, os estudos que foram feitos apontam que acabam gerando um aumento substancial na despesa com os servidores, o que elevaria, inclusive, o índice permitido pela Lei de Responsabilidade, ultrapassaria os 54% com pessoal, o que impediria, inclusive, o reajuste na forma proposta pelo Poder Executivo. Nesse sentido é que rejeitei a proposta, ou seja, pela razão da inconstitucionalidade de que se reveste a proposta, pelo que acabei de apresentar com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

"(...) Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver qualquer restrição quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2018."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Depois da matéria relatada pelo deputado Rosemberg Pinto, designo o deputado Luciano Ribeiro para discutir o relatório pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, agentes penitenciários aqui presentes, hoje nós estamos apreciando esse projeto que concede esse reajuste. Nós da Oposição, e quero deixar aqui registrado, apresentamos uma emenda a esse projeto para que o reajuste concedido a essa classe fosse estendido a todos os servidores públicos do estado da Bahia. Isso em decorrência de que há 4 anos os servidores públicos da Bahia não têm reajuste salarial. É uma política de arrocho aos servidores públicos, por isso nós entendemos que todos os servidores públicos deveriam ter o mesmo reajuste que ora os agentes penitenciários estão a ter.

Nós da Oposição estamos fazendo nesta tarde um gesto em consideração aos agentes penitenciários aqui presentes (palmas) por entender que a Base governista, o relator, deputado Rosemberg, não admitiu a nossa emenda, estendendo esse reajuste aos demais servidores. Nós da Oposição poderíamos pedir vista a este projeto, poderíamos solicitar uma verificação de quórum para a votação, e aí, certamente, a votação não aconteceria hoje, certamente que não.

Mas nós entendemos que não temos votos suficientes para fazer valer o direito dos servidores públicos da Bahia. O rolo compressor do governo, certamente, vai aprovar o relatório aqui apresentado, o parecer aqui apresentado pelo relator, excluindo a nossa emenda. Daí que o gesto está sendo feito, e vai ser aprovado o projeto de vocês. Mas nós temos que fazer também um gesto com os demais servidores públicos, principalmente aqueles quase 12 mil servidores públicos da Bahia que continuam, e vão continuar, por ato do governo, a receber menos que o salário mínimo. (Palmas)

Com exceção do deputado Prisco, que irá votar a favor do projeto, eu recomendarei que nós nos abstivéssemos da votação para que fosse aprovado com os votos da Situação. Essa abstenção é a forma de protesto da Oposição por esse aumento não ser estendido aos demais servidores públicos da Bahia, principalmente àqueles que vão continuar a ganhar menos que o salário mínimo deste governo que aí está.

O Sr. Euclides Fernandes:- V. Ex.ª me permite?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Permito.

O Sr. Euclides Fernandes:- V. Ex.ª fez um discurso bonito de solidariedade, mas depois você entra em contradição. Está dizendo que vai, como Líder da Bancada da Oposição, negar o voto para aprovar o projeto. Como é que eu posso entender isso?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu concedi o aparte a V. Ex.ª e me parece que V. Ex.ª ou não me ouviu, certamente estava aí conversando com o deputado...

(O deputado Euclides Fernandes fala fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:-Quer continuar o aparte? Faça o questionamento para eu responder. Certamente, V. Ex.ª ou não me ouviu ou não me compreendeu; das duas, uma.

(O deputado Euclides Fernandes fala fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Explico, então. Nós da Oposição não achamos justo que os demais servidores públicos da Bahia estejam – e vão continuar a estar –, deputado Euclides Fernandes, há anos sem receber ajuste salarial. Nós da Oposição não aceitamos isso, e estamos a protestar porque mais de 12 mil servidores públicos da Bahia vão continuar a receber menos de um salário mínimo.

Estamos fazendo esse gesto aos agentes penitenciários, não obstruindo a sessão, não pedindo vista ao parecer, mas a recomendação do Líder da Minoria a todos – com exceção do deputado Prisco, que vai votar a favor –, é nos abstermos, em solidariedade aos demais servidores, àqueles, principalmente, que vão continuar a receber menos que um salário mínimo legal. Enfim, vamos nos abster da votação. Espero que tenha sido compreendido por V. Ex.ª ...

O Sr. Euclides Fernandes:- V. Ex.ª me permite?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- (...) porque escutado fui agora, Mas se V.Ex.ª quiser fazer um novo aparte, eu concederei.

O Sr. Euclides Fernandes:- Pois não, excelência, porque entendi que o gesto de V.Ex.ª, foi um gesto pleno, total. Estamos discutindo um projeto para dar aumento aos agentes penitenciários. Então, para ser um gesto pleno, esperava que V. Ex.ª não recomendasse para a sua Bancada se abster de votar o projeto. Complete esse gesto de V. Ex.ª, encaminhe a votação para a Bancada da Minoria no sentido de votar. Estão presentes, então não se neguem de votar; votem favoravelmente ao projeto do aumento dos agentes penitenciários. Esse é um gesto bonito.

Agora, como Líder da Minoria e também do DEM, V. Ex.ª fala, fala de arrocho para atingir o governador Rui Costa, mas parece esquecer que o governo federal, do qual o seu DEM faz parte, está na mesma linha de não dar ajuste ao funcionário público federal.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu quero dizer a V. Ex.ª que compreendo, perfeitamente, o seu incômodo de ter de votar... O aparte já foi dado. Quer mais tempo para falar, pode falar, eu permito, mas eu preciso falar depois. Esgote seu argumento, senão...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Vamos respeitar a fala do deputado Luciano, gente!

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- V. Ex.ª me dar um aparte?

O Sr. Euclides Fernandes:- Ele me deu um aparte, excelência.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concedo.

O Sr. Euclides Fernandes:- Eu fiquei incomodado, porque V. Ex.ª vira para a plateia, mostrando boa vontade para todos que estão aí, dizendo que quer que esse aumento seja aprovado. V. Ex.ª vem com essa conversa bonita, mas termina dizendo que a sua Bancada vai ficar omissa, não vai votar.

Acho esse gesto uma contradição, uma indelicadeza com os agentes penitenciários que estão aí esperando a votação e a aprovação plena deste projeto. E depois...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concluiu o aparte?

O Sr. Euclides Fernandes:- Excelência, eu vou concluir...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Permita-me um aparte?

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte.

O Sr. Euclides Fernandes:- (...) Vou concluir, até porque o líder Zé Neto está aí passeando, pedindo para eu não apartear mais, porque ele está trabalhando para ver se V. Ex.ª orienta o seu pessoal a votar favoravelmente ao projeto.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Antes de conceder um aparte ao deputado Rosemberg, depois ao deputado Sidelvan Nóbrega e ao aparte ao deputado Adolfo Viana, queria dizer que compreendo, perfeitamente, o nervosismo de V. Ex.ª.

(O deputado Euclides Fernandes fala fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Deixa eu falar, Sr. Presidente, eu concedi tanto tempo.

(...) compreendo perfeitamente o incômodo de V. Ex.ª em ter que ouvir a verdade; a verdade, às vezes, dói. Mas isso é o ônus que V. Ex.ª, certamente, está pagando por ser governo.

(O deputado Euclides Fernandes fala fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Deixa eu falar. V. Ex.ª quer mais um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado, permita a palavra do deputado Luciano, por favor, o seu aparte já terminou. Por favor!

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Porque aqui é uma Casa que todos têm liberdade de expressão. Todos aqui têm...

(O deputado Euclides Fernandes fala fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Um aparte, deputado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Deixa eu falar, ouça a verdade. V. Ex.ª vai ter de ouvir; no contraditório, você fala. V. Ex.ª tem de entender que eu tenho as minhas

posições, elas estão bem explícitas aqui, e não é V. Ex.ª que irá direcionar o meu mandato. Meu mandato é direcionado pelos interesses que eu defendo, por aquilo que...

(O deputado Euclides Fernandes fala fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Permita-me falar, deputado.

Presidente, garanta a minha palavra, por favor, porque eu já concedi três apartes ao deputado, e ele não se mostra satisfeito.

Eu quero só mostrar que o meu pensamento é claro, retilíneo. Em nenhum momento da minha vida – nem fui aqui, como V. Ex.ª disse – fui omisso. Não há omissão nenhuma, há uma expressão clara, verdadeira, muito clara do nosso posicionamento. E há um gesto da Bancada da Oposição aos agentes penitenciários. V. Ex.ª sabe, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, que se a nossa Bancada não quisesse votar hoje, não votaria; bastava nós pedirmos vista desse parecer. E nós não pedimos. Mas não é V. Ex.ª que irá direcionar o meu posicionamento, o meu pensamento nem o meu direcionamento político. Este só quem orienta é a minha consciência e aqueles que a aqui me conduziram.

Eu concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deputado, primeiro eu agradeço a sua generosidade em conceder o tempo, até porque nem eu, nem o deputado Euclides, nem o deputado Sidelvan nos inscrevemos para debater, por isso, obviamente, estamos fazendo isso no seu tempo.

Eu quero aqui, pedindo vênia ao deputado Euclides, entender da seguinte forma: deputado, fui o relator do projeto e, nessa relatoria, retirei uma emenda do deputado Luciano Ribeiro, ou seja, assinada pela Oposição, que previa a extensão do reajuste para todos os servidores do Estado da Bahia. Obviamente que eu entendi a reivindicação e a emenda dos deputados.

Então, quero aqui dizer o seguinte: acho que o deputado Prisco, em nome da Oposição, dá uma demonstração do que pensa a Bancada votando a favor do projeto. E a abstenção que propõe o deputado Luciano Ribeiro é no sentido, obviamente, de contrapor a relatoria do ponto de vista da retirada da emenda que eu fiz do projeto.

Por isso, entendo perfeitamente. E queria pedir vênia a todos os deputados aqui no sentido de que a gente pudesse fazer a apreciação do relatório, obviamente, após este debate do deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o aparte do deputado Rosemberg e concedo o aparte ao deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Luciano, queria parabenizá-lo e dizer que a Oposição nesta Casa tem tido um papel em defesa dos baianos. Nós não estamos aqui coordenados pelo governador Rui Costa. Mas o deputado que está falando aí com V. Ex.ª, quando tem algum interesse dele contrariado – como já vi muitas das vezes–, sobe a essa tribuna para falar do próprio governador Rui Costa, mesmo sendo da Base do Governo.

Nós não temos esse defeito. Estamos aqui dizendo que queríamos o aumento para todos os servidores públicos da Bahia, não apenas para os agentes penitenciários. Essa foi a nossa emenda. Infelizmente, o governador Rui Costa não atendeu e mandou recado claro a esta Casa que queria que a emenda fosse derrubada. Então nós não estamos aqui fazendo nenhum jogo político, pelo contrário, nós estamos, hoje, abrindo mão da nossa condição de oposição para fazer um gesto aos servidores públicos que serão beneficiados por esse projeto.

Parabéns, Líder! Estou junto com V. Ex.ª.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o aparte do deputado Sidelvan Nóbrega e concedo o aparte ao deputado Adolfo Viana. Logo após, concederei ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Luciano Ribeiro, eu queria parabenizar V. Ex.ª pela posição tomada na tarde de hoje. E queria fazer um desafio ao deputado Euclides e ao deputado José Neto: vamos assumir o compromisso de todos sermos favoráveis – e aí eu convencerei o Líder Luciano Ribeiro –, desde que V. Ex.as se comprometam a votar também o do Ministério Público, o da Defensoria Pública e os dos outros projetos dos servidores que aguardam ansiosamente o reajuste.

Então está feito o desafio a V. Ex.as. Garantam que vamos votar todos os projetos, e eu tenho certeza de que o nosso Líder, deputado Luciano Ribeiro, votará a favor deste projeto, porque é justo.

Não é justo votar uma categoria e punir tantos outros servidores que aguardam ansiosamente os seus reajustes. Eu acho que vocês merecem. E V. Ex.as estão contando com o apoio da Oposição. Mas é justo que outros tantos milhares de servidores fiquem sem reajuste?

Então, deputado Zé Neto e deputado Euclides, o desafio está feito a V. Ex.as: assumam esse compromisso, que votaremos todos pelos servidores públicos, unanimemente. O desafio está feito a V. Ex.ª.

O Sr. Carlos Geilson:- V. Ex.ª me concede um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o aparte do deputado Adolfo Viana e passo a palavra para apartear ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Luciano Ribeiro, eu acho que ficou muito claro que o deputado Euclides Fernandes está com problema de audição, por isso ele não ouviu as suas colocações, que foram ditas de forma muito clara, transparente e insofismável. Ou seja, meus queridos agentes penitenciários, esse projeto só é votado hoje graças ao nosso apoio. Se ele pedisse vista, não seria votado. Eles não têm número para votar o projeto. Veja a quantidade de deputados governistas no Plenário.

Nós, num gesto para beneficiar essa categoria, estamos permitindo a votação. Mas isso não nos impede de chamar a atenção que esse reajuste não deveria ser apenas dos agentes; deveria também ser extensivo às outras categorias. Eu acho que ficou muito claro. Só não entendeu o deputado Euclides, que continua tentando atrapalhar, tentando fazer espuma. Ou seja, quis desagradar e desagradou.

Mas os agentes são pessoas inteligentes, ouviram atentamente as explanações do nosso Líder e estão sabendo que o projeto que concede aumento à categoria só será votado hoje graças a nós da Oposição. Se entendêssemos que não deveria ser votado hoje, pediríamos vista e vocês não teriam o aumento concedido esta semana. E isso impactaria em não haver aumento na folha salarial no final deste mês. Digo isso de forma clara.

Aproveito para abraçar todos os agentes penitenciários, alguns amigos lá de Feira, de Santo Amaro da Purificação. Soube que tem gente aqui de Santo Amaro, de Feira e de outras cidades.

Meu caro Líder, parabéns pelo seu posicionamento. Não responda a Euclides, porque ele não entendeu, tem dificuldade de assimilar as coisas. Mas todos os agentes entenderam a nossa posição. É por isso que nem sempre ter orelha grande é sinal de que é bom ouvidor.

O Sr. Euclides Fernandes:- V. Ex.ª me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Mais um aparte?! Vou conceder.

O Sr. Euclides Fernandes:- Eu gostaria de deixar bem claro que o meu posicionamento foi, exatamente, porque o gesto de boa vontade se realizaria no momento em que o Líder da Minoria assumisse a posição de que os deputados da Oposição votariam a favor do projeto. Não adianta os deputados da Minoria quererem envolver este projeto com o aumento de todos os funcionários, porque é outro patamar. É outro patamar! Se a Minoria quer homenagear os agentes penitenciários, tem de votar favoravelmente.

E gostaria de dizer ao deputado Geilson que eu estou muito bem de audição. Ele que não está entendendo, não sei se é audição ou qualquer outra motivação! Meus argumentos são claros, a Oposição quis envolver o aumento geral, esquecendo que o aumento que está aí, mandado por S. Ex.ª, o governador Rui Costa...

O Sr. Carlos Geilson:- Basta pedir o quórum que não tem número para continuar e a sessão acaba. Aí acaba essa conversa, essa lenga-lenga. Meu Líder, acabe essa lenga-lenga de Euclides e vamos votar, porque estou de saco cheio com essa lenga-lenga. A gente quer votar o projeto, quer beneficiar os servidores, e fica o deputado Euclides enchendo o saco com essa lenga-lenga, rapaz! Ora, pelo amor de Deus!

O Sr. Euclides Fernandes:- Eu agradeço a V. Ex.ª. Eu estava inscrito para falar, mas vou atender ao Líder da Maioria, Zé Neto, que me pediu ...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, me garanta a palavra, por favor, para concluir meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Eu gostaria de garantir a fala do deputado Luciano Ribeiro. O aparte acabou, ele pediu a palavra.

O Sr. Euclides Fernandes:- Ele me deu o aparte, excelência. V. Ex.ª tem que respeitar o Regimento desta Casa. Não é assim, não, excelência.

Concluo, atendendo a Zé Neto, Líder da Bancada da Maioria, que pediu que não eu falasse, para assim agilizar o processo. Mas deixo claro que a Oposição vai se

omitir, não votando esse projeto. Essa é uma atitude que contraria a disposição do Líder Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Deputado Euclides, V. Ex.ª se exaltou muito, mas o nosso pensamento não pode coincidir. Não pode! As nossas divergências são grandes, são gritantes. Jamais haverá convergência nos nossos pensamentos. É por isso que nós estamos em bancadas diferentes.

Eu sei que V. Ex.ª, num ano eleitoral, está muito incomodado em saber que, aqui, a Bancada da Oposição está correta, do mesmo modo que todos que nos apartearam estão corretos. Porque todos aqui querem que os servidores públicos estejam felizes, como estão os agentes penitenciários, que vão ter, a partir de hoje, com este gesto da Bancada da Oposição – queira V. Ex.ª admitir ou não, mas é a verdade –, o seu reajuste.

Como o governo não concedeu o reajuste aos demais servidores, permitiremos este reajuste, mas protestamos em defesa daqueles injustiçados que não receberão aumento hoje.

É o nosso posicionamento. Recomendamos, portanto, com exceção do deputado Prisco, a abstenção.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabricio Falcão):- Encerrada a discussão.

Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do relator. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com a abstenção dos deputados da Oposição, menos o deputado Prisco.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.765/2018, procedente do Executivo, que altera a estrutura remuneratória dos servidores da carreira de agente penitenciário integrante do Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários, na forma que indica, e dá outras providências.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com a abstenção dos deputados da Oposição, salvo o deputado Prisco.

Aprovado o projeto dos Srs. Servidores da carreira de agente penitenciário de todo o Estado da Bahia. Parabéns, senhores. (Palmas)

PROJETO DE LEI Nº 22.765/2018

Altera a estrutura remuneratória dos servidores da carreira de Agente Penitenciário integrante do Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos básicos dos servidores da carreira de Agente Penitenciário integrante do Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários, a partir de 1º de abril de 2018, passam a ser os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Os vencimentos básicos dos servidores da carreira de Agente Penitenciário integrante do Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários, a partir de 1º de novembro de 2018, passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Os proventos de inatividade e as pensões, fixados com base nos vencimentos da carreira de Agente Penitenciário dos aposentados e pensionistas que possuem direito à paridade constitucional, serão revistos nas mesmas datas, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2018.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

AGENTE PENITENCIÁRIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2018

Classe	Vencimento
I	1.346,53
II	1.353,17
III	1.370,51

ANEXO II

AGENTE PENITENCIÁRIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Classe	Vencimento
I	1.400,39
II	1.407,30
III	1.425,33

O Sr. PRESIDENTE (Fabricio Falcão):- Agora o Projeto de Lei nº 22.767/2018, que estabelece carga horária de 40 horas semanais para os servidores que venham a ingressar nas carreiras de auditor fiscal e agente de tributos estaduais do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Para relatar, deputado Zé Raimundo.

Saúdo os membros da Defensoria Pública do Estado da Bahia que estão presentes. Essa importante instituição em defesa daqueles que não têm acesso à Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Fabricio Falcão):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo para relatar o projeto.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- (Lê) *"PARECER das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.767/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual 'estabelece carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para os servidores que venham a ingressar nas carreiras de Auditor Fiscal e Agente de Tributos Estaduais do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda.'*

Apresenta, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, propondo o estabelecimento da carga horária de 40 horas semanais para os servidores que venham a ingressar nas carreiras do Grupo Ocupacional Fisco, da Secretaria da Fazenda do Estado.

A medida alcançará os futuros servidores das carreiras especificadas a partir da homologação de concursos desde a vigência da Lei, e tem a finalidade de 'atender aos Princípios da Administração, garantindo uniformidade com as demais carreiras estaduais', conforme registra a Mensagem Governamental que acompanha a proposição.

A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Hildécio Meireles, propondo, em primeiro lugar, a extensão, aos servidores das carreiras do Grupo Ocupacional Fisco que nelas tenham ingressado antes da vigência da nova Lei, da gratificação prevista no art. 8º do Decreto nº 5.601/1996, 'como forma de compensar a equiparação da jornada de trabalho com as dos novos servidores', conforme prevê a proposta da emenda. Registre-se que a gratificação a que se refere a emenda é destinada a 'compensar o trabalho extraordinário não eventual', implicando para o servidor na obrigação de prestar 40 horas semanais, e será paga 'no percentual de 50%, incidente sobre o vencimento atribuído ao cargo ou função', segundo dispõem os arts. 7º e 8º do referido Decreto 5.601/96.

Outra proposta da emenda autoriza a criação do Fundo de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento da Atividade Tributária – FADAT, 'destinado a fornecer recursos parra financiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização

e arrecadação dos tributos estaduais e, especialmente, a intensificar a repressão às infrações relativas à sonegação de tributos estaduais e a outras modalidades de fraude fiscal'. O Fundo teria ainda a destinação voltada para a capacitação, consultoria, equipamentos e sistemas de informática, obras e instalações, etc., bem como para projetos e atividades a cargo da SEFAZ, Indenização Extraordinária de Atividade Tributária e Indenização de Campo, para os Auditores Fiscais. O Fundo teria, entre outras receitas, aquelas provenientes das multas por infração da legislação tributária, dotações orçamentárias e parcelas resultantes de estornos na remuneração dos Auditores Fiscais.

Opino pela rejeição da emenda. A estipulação de uma gratificação aos servidores de uma carreira, assim como a constituição de um fundo por emenda, recaem na proibição contida no inciso I do art. 78 da Constituição Estadual, uma vez que representa emenda que contem aumento de despesa em projeto de iniciativa privativa do Governador.

Ainda, cumpre salientar que o Decreto nº 5.601, de 19 de julho de 1996, regulamentação da Lei nº 6.932, de 19 de janeiro de 1996, assegura gratificação especial nas condições que especifica e os atuais servidores do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda já têm a referida gratificação compondo a sua remuneração desde a sua instituição. Ademais, não há que se falar em compensação financeira aos atuais servidores, pois estes continuarão com a jornada base de 30 (trinta) horas semanais e os novos servidores é que passarão a ter jornada base de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, não havendo qualquer tipo de perda ou prejuízo financeiro a compensar.

Quanto à constituição do fundo, além da supracitada inconstitucionalidade, deve ser registrado que os objetivos e recursos para criação deste foram fixados em termos gerais, o que pode resultar na redução da eficácia dos processos de controle, bem como os recursos propostos para a sua constituição e a sua administração não estão bem definidos ou inexistem. Frise-se, ainda, que a proposta de redação ao inciso..."

Deve ter tido uma pequena lacuna aqui, Sr. Presidente. Mas, em conclusão:

"(...) Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver qualquer restrição quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2018."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões. (Pausa) Encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 22.767/2018, que estabelece a carga horária de 40 horas semanais para os servidores que venham a ingressar nas carreiras de auditor fiscal e agente de tributos estaduais do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda. Os deputados que o aprovam...

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Pois não.

O Sr. Hildécio Meireles:- Para encaminhar a matéria...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para encaminhar, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- (...) queria fazer a defesa da nossa emenda.

Este projeto de lei trata de definir a carga horária para os funcionários fazendários que ingressarem no Estado a partir de agora, determinando 40 horas semanais.

Na nossa emenda – já que os atuais funcionários do Fisco têm uma carga de 30 horas, mas em geral eles dão mais de 30 horas –, nós solicitamos o pagamento da gratificação prevista no Decreto 5.601, se não me engano, de 1996, pelo fato de que os atuais funcionários do grupo Fisco, apesar de serem obrigados a dar 30 horas, geralmente dão mais de 30 horas.

Com relação, presidente, à criação do Fundo de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento da Atividade Tributária (Fadat) – ao qual o nobre relator, deputado Zé Raimundo Lula, se referiu como despesa –, no nosso modo de entender esse fundo tem como objetivo incentivar investimentos na área de tecnologia da Secretaria da Fazenda. Por isso, nós entendemos que seja investimento, e não despesa.

Mas, de toda sorte, para nós não é surpresa que a Bancada do Governo, por orientação do próprio governo, nada aceite. Aliás, às vezes não aceita nem emenda nem projeto de lei da própria Bancada da Base do Governo.

Portanto, quero aqui manifestar o nosso protesto e encaminhar que a nossa Bancada está livre para votar como quiser. Apenas eu voto contra, em protesto pelo governo não aceitar a nossa emenda, presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Registrado o protesto do nobre deputado e amigo.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.767/2018, do Poder Executivo.

Os deputados que votam a favor permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com o voto contrário do deputado Hildécio Meireles.

PROJETO DE LEI Nº 22.767/2018

Estabelece carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para os servidores que venham a ingressar nas carreiras de Auditor Fiscal e Agente de Tributos Estaduais do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A carga horária dos servidores que venham a ingressar nas carreiras de Auditor Fiscal e de Agente de Tributos Estaduais do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda, a partir de concursos homologados após a entrada em vigor desta Lei, será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Em votação, agora, o projeto de lei nº 22.774/2018 do Poder Executivo que extingue o Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia - FIES.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- (Lê) *"PARECER das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.774/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Extingue o Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia – FIES'.*

O Fundo foi criado pela Lei nº 8.632/2003, 'com o objetivo de auferir contribuições destinadas, exclusivamente, à implementação de programas de investimentos em infraestrutura, em ações econômicas e sociais e na manutenção do equilíbrio fiscal do Estado da Bahia', conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem, na qual afirma, ainda, que 'desde 2012, contudo, as referidas contribuições ao Fundo vêm sendo reduzidas e, de 2014 até o presente momento, foram interrompidas definitivamente', e ainda que o Tribunal de Contas do Estado vem recomendando a extinção do Fundo, 'considerando que a sua principal receita não guarda compatibilidade com o que dispõe o inciso IV do art. 167 da Constituição Federal, razão pela qual os recursos do FIES não foram contemplados nos Orçamentos do Estado da Bahia para os exercícios financeiros de 2014 e 2015'.

Trata-se, portanto, de medida de caráter administrativo, destinada a cumprir uma recomendação do TCE, extinguindo um Fundo que não tem mais razão de existir, já que sequer recebe contribuições...", cabendo ao estado ajustar, no sentido de garantir o"(...) aperfeiçoamento dos Serviços Policiais... tendo a finalidade de prover recursos para aquisição de bens, equipamentos e material permanente, obras e serviços de engenharia...", etc.

"(...) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para os arts. 1º a 4º a 1º de janeiro de 2015".

Justifica-se a presente emenda, por ter como objetivo atender a recomendação do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para extinguir esse fundo, que não tem mais razão de existir, já que sequer recebe contribuições.

"(...) Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, e inexistindo restrições quanto ao seu mérito, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2018."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Em discussão, no âmbito das comissões, o parecer do relator. Os deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Votação do Projeto de Lei nº 22.774/2018, do Poder Executivo, que extingue o Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia - FIES. Os deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 22.274/2018

Extingue o Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia - FIES.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

DECRETA:

Art. 1º - Fica extinto o Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia - FIES, instituído pela Lei nº 8.632, de 12 de junho de 2003.

Art. 2º - Os saldos financeiros do Fundo a que se refere o artigo anterior ficam transferidos para o Tesouro do Estado da Bahia.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias e financeiras que se fizerem necessárias em decorrência desta Lei.

Art. 4º - Ficam revogadas as Leis nº 8.632, de 12 de junho de 2003, nº 8.644, de 24 de julho de 2003, e nº 9.286, de 1º de dezembro de 2004.

Art. 5º - O *caput* do art. 1º da Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 1º - O Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL, órgão da Secretaria da Segurança Pública, passa a denominar-se Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais – FEASPOL, tendo a finalidade de prover recursos para aquisição de bens, equipamentos e material permanente, obras e serviços de engenharia, arquitetura e urbanismo dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e compensação de encargos de pessoal, decorrentes do exercício do poder de polícia, de prestação de serviços específicos ou diferenciados na área de segurança pública e fiscalização do cumprimento da legislação administrativa policial." (NR)

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para os arts. 1º a 4º, a 1º de janeiro de 2015.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2018.

Deputado Rosemberg Pinto

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Agora o Projeto de Lei nº 22.781/2018, do deputado Hildécio Meireles, que denomina o Hospital Geral de Vitória da Conquista como Hospital Geral Doutor Sebastião Castro.

Designo para relatar a matéria o deputado Zé Raimundo... Corrigindo, o relator deste grande projeto será o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Presidente (Fabrício Falcão):- Designo para relatar a matéria o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- O Projeto de Lei nº 22.781/2018, de procedência do deputado Hildécio Meireles, presta justa homenagem a esse grande conquistense, a esse grande cidadão baiano, a esse grande brasileiro, o ex-deputado Sebastião Castro, dando o seu nome ao Hospital Geral de Vitória da Conquista.

O projeto, Sr. Presidente, é legal, constitucional, por isso opino pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Em discussão, no âmbito das comissões, o parecer do relator. (Pausa) Encerrada a discussão. Os deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.781/2018, do deputado Hildécio Meireles, que muda o nome do Hospital Geral de Vitória da Conquista para Hospital Geral Doutor Sebastião Castro. Um excelente projeto, já que foi um grande deputado e um grande homem público de Conquista.

Os deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 22.781/2018

Denomina Hospital Geral Doutor Sebastião Castro ao Hospital Geral de Vitória da Conquista-Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA DECRETA:

Art. 1º - Denomina "Hospital Regional Sebastião Castro" ao Hospital Geral de Vitória da Conquista-Bahia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2018.

Deputado Hildécio Meireles

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Convoco uma sessão extraordinária, a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta, para votarmos em segundo turno o PL nº 22.781/2018, do deputado Hildécio Meireles.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.
Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php. Acesse e leia-as na íntegra.